

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Mariel Liberato Schwartz

**Além da estabilização:
mundialização, concentração e centralização de capital na
economia brasileira**

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

São Paulo

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Mariel Liberato Schwartz

**Além da estabilização:
mundialização, concentração e centralização de capital na economia brasileira**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Economia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Rubens Rogério Sawaya

São Paulo

2017

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Mariel Liberato Schwartz

**Além da estabilização:
mundialização, concentração e centralização de capital na economia brasileira**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Economia Política.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rubens Rogério Sawaya – PUC/SP

Prof.^a Dr.^a Nome Completo – PUC/SP

Prof. Dr. Nome Completo – Sigla da Instituição

Atenta, Penteu, peço-te: não penses que o poder é dono do homem, tampouco creias - há doença nessa crença! - que saibas algo.

- As Bacantes, Eurípides, 405 a.C.

Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas, nas usinas produtoras, nas questões cambiais, sem perder de vista o Museu Nacional. Pau-Brasil.

- Manifesto da Poesia Pau-Brasil, Oswald de Andrade, 1924.

AGRADECIMENTOS

Sem o apoio de amigos, família e colegas, professores e comunidade da PUC-SP a realização deste trabalho seria impossível. Agradeço...

A meus pais, Iara e Napoleão, por ensinarem o valor do estudo e da honestidade intelectual, e ao meu irmão, Rafael, pelo carinho e apoio, sempre.

Aos queridos amigos Felipe Brandão, Maria Gabriela Gimenes, Mariana Cha, Nicolle Zanchet e Tomás Carvalhosa por nossas belas histórias de vida e prazer.

Aos professores, em especial aos queridos mestres Antonio Lacerda, Antonio Moraes, Cristina de Mello, João Machado, José Márcio Rego, Julio Pires, Ladislau Dowbor, Leslie Denise Beloque, Cida Rago, Renata Sena, Mariana Jansen, Norma Casseb, Rosa Marques e Regina Gadelha.

Aos meus colegas, em especial aos queridos André Queiroz, Andréia Duarte, André Perfeito, Fabio Castro, Franklin Lacerda, Eline Emanoeli, Rafael Bombonati, Tiago Oliveira e Vagner Ocher.

A todos os funcionários da PUC-SP, em especial a Sonia Maria dos Santos.

A toda comunidade puquiense, pelo acolhimento acadêmico e pela intensidade da experiência pedagógica, social e cultural desde os tempos de graduação.

Aos amigos do sítio, em especial a Flavio Tris.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa que fortalece o compromisso com o conhecimento e a pesquisa, missões maiores da verdadeira universidade.

Em especial, quero agradecer ao querido orientador, verdadeiro Mestre, Rubens Sawaya. A parte mais difícil, sem dúvida, é expressar minha gratidão por ele. Sou grata pela paciência e por tudo que me ensinou. Pela orientação valiosa e cuidadosa não somente no mestrado, mas desde que estou na PUC, há sete anos. Obrigada, Professor, pela oportunidade de aprender com você. Evidentemente, as falhas e insuficiências são de minha inteira responsabilidade.

Por fim, nada seria possível sem o amor do meu companheiro Gilson Schwartz. Sou eternamente grata pela sua cumplicidade paciente e inspiradora.

RESUMO

SCHWARTZ, Mariel Liberato. **Além da estabilização: mundialização, concentração e centralização de capital na economia brasileira.** 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

A revisão teórica, histórica e de indicadores dos processos de acumulação, concentração e centralização de capital na economia brasileira a partir da mundialização nos anos 90 constitui o cerne desta Dissertação. Trata-se de recuperar a perspectiva aberta por Marx no contexto de uma suposta ampliação da concorrência em economias de mercado, especialmente na periferia capitalista. A partir dessa perspectiva teórica e histórica é possível retomar o entendimento da influência das empresas líderes na formação de preços, seguindo a trilha apontada por Kalecki, assim como deixar clara a associação entre neoliberalismo e concentração de capitais na economia brasileira, com destaque para alguns setores estratégicos após a estabilização de preços (Plano Real). Ganham relevância as formas de captura da política econômica assim como os mecanismos de controle que as corporações impõem aos concorrentes, amparadas em seu nível mais avançado de domínio tecnológico, na sua escala de produção e nas vantagens que daí derivam, dificultando a entrada de capitais ou acirrando a rivalidade com os concorrentes, resultando em centralização de capital na forma de fusões e aquisições, levando ao estreitamento da base de capitais envolvidos na disputa. A perspectiva histórica, amparada pela obra de Chesnais, ressalta o oligopólio mundial como a forma geral das estruturas contemporâneas de mercado. Desde os anos 1970 a concentração e centralização da economia mundial são elevadas, seja na forma específica de limitação à competição, seja via poder de monopólio dos grandes grupos econômicos. A internacionalização do capital é um processo em que a produção e a apropriação de mais-valia são realizadas para além dos espaços de origem dos capitalistas. A inserção da economia brasileira nesse processo de mundialização acentua-se na década de 1990 e se consolida nos anos 2000: tratou-se de acelerar a abertura da economia e fomentar a centralização de capital, processo histórico de ampla reengenharia produtiva, fragilizando a participação do Estado brasileiro na mediação de conflitos e direcionamento do ajuste produtivo. O resultado central da dissertação é explicitar, tendo como referência o legado de Marx, a relação entre a evolução dos processos de concentração e centralização de capitais no Brasil e uma nova etapa da mundialização, permitindo iluminar o processo de ampliação do poder das corporações, inclusive na determinação de preços e na dinâmica da política econômica, inserindo o caso brasileiro nas mudanças implicadas pela crise recente. Se este nosso trabalho de síntese e revisão conceitual servir ao propósito eminentemente didático de alertar com clareza e objetividade para os riscos da ortodoxia doutrinária liberal já terá atendido, ainda que de modo preliminar, à angústia de uma geração que não perdeu a esperança, mas se depara com uma ofensiva sem precedentes das forças econômicas e políticas que imperam através do medo, da ignorância e da subordinação consentida.

Palavras-chave: centralização de capital, empresas transnacionais, poder econômico.

ABSTRACT

The critical analysis of the processes of accumulation, concentration and centralization of capital in the Brazilian economy define the core of this Dissertation. It starts from Marx's critical perspective in the context of a supposed expansion of competition in market economies. From this theoretical basis it is possible to return to the understanding of the influence of leading companies in price formation, following the path stressed by Kalecki, as well as to make clear the association between neoliberalism and concentration of capital in the Brazilian economy, with emphasis on some strategic sectors. Within this horizon, the forms of control exercised by corporations over their competitors, supported by their most advanced level of technological dominance, their scale of production and the advantages derived therefrom, limit both the entry of new capital and competition, resulting in centralization of capital in the form of mergers and acquisitions, leading to the narrowing of the capital base involved in the dispute. For Chesnais (1996, 2016), the world oligopoly must be regarded as the general form of contemporary market structures. Since the 1970s the concentration and centralization of the world economy has increased, either in specific forms of reducing competition or through the power of collective monopoly by large economic groups. The internationalization of capital is the process which transforms the production and appropriation of surplus value into a movement realized beyond the original, domestic spaces of capitalist accumulation. The insertion of the Brazilian economy in this world process was accentuated in the 1990s and consolidated in the 2000s: it was a question of accelerating the opening of the economy leading to an increase in the centralization of capital and consequent internationalization of the Brazilian economy, especially through mergers and acquisitions, a historical process of extensive productive reengineering, weakening the participation of the Brazilian State in the mediation and regulation of capitalist accumulation. The central result of the dissertation is to make explicit, with reference to Marx's legacy, the relation between the evolution of the processes of concentration and centralization of capitals in Brazil and a new stage of globalization, allowing to illuminate the rising power of corporations, their power over the determination of prices and on the dynamics of economic policies, inserting the Brazilian case in the changes implied by the recent crisis. If our work of synthesis and conceptual revision serves the eminently pedagogic purpose of alerting clearly and objectively to the risks of the neoliberal orthodoxy, it will have paid, albeit in a preliminary way, to the anguish of a generation that has not given up hope, while facing an unprecedented onslaught of economic and political forces that rule through fear, ignorance and consenting subordination.

Keywords: transnational corporations, monopoly power, centralization of capital.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução no número de fusões e aquisições no Brasil (1994-2015)	65
Gráfico 2 - Valor do desembolso do BNDES para grandes empresas (em R\$ milhões)	67
Gráfico 3 - Participação das maiores empresas no faturamento total da economia brasileira (1990-2014).....	72
Gráfico 4 - Grau de centralização da indústria brasileira (2014)	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Comparação entre faturamentos das 10 maiores empresas e PIB das 10 maiores economias em 2015 (US\$M)	51
Tabela 2 - Indicadores selecionados de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e produção internacional (US\$ bilhões a preços correntes)	52
Tabela 3 - Participação do investimento em fusões e aquisições no IDE (%)	59
Tabela 4 - Setores da economia brasileira com maior número de fusões e aquisições durante a década de 90 e participação no total do capital estrangeiro.....	61
Tabela 5 - Número de grandes grupos na indústria brasileira na década de 2000 ...	64
Tabela 6 - Setores com maior número de fusões e aquisições em 2015	64
Tabela 7 - Maiores empresas do setor de Alimentos e Bebidas (2014)	76
Tabela 8 - Maiores empresas do setor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (2014)	76
Tabela 9 - Maiores empresas do setor de Petróleo e Gás (2014).....	77
Tabela 10 - Maiores empresas do setor de Química e Petroquímica (2014)	78
Tabela 11 - Maiores empresas do setor de Papel e Celulose (2014).....	78
Tabela 12 - Maiores empresas do setor de Metalurgia e Mineração (2014)	78
Tabela 13 - Maiores empresas do setor Farmacêutico e de Cosméticos (2014)	79
Tabela 14 - Maiores empresas do setor de eletroeletrônica (2014)	79
Tabela 15 - Maiores empresas do setor da Construção e Engenharia Civil (2014) ..	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	14
1.1 A volta de Penteu	14
1.2 Por que Marx? Questão de método	18
1.3 Por que Marx? Acumulação, Crise e Violência do Capital	22
1.4 Por que Marx? Serão os deuses dionisíacos?	24
1.5 Conclusão: superação da tragédia brasileira?	25
CAPÍTULO 2	27
2.1 Acumulação de capital e expansão do valor	27
2.2 Concorrência entre capitais e vantagens dos maiores na disputa.....	29
2.3 Determinação de preços.....	38
CAPÍTULO 3	43
3.1 A grande corporação no centro da mundialização	43
3.2 Monopólio e propriedade do capital.....	44
3.3 Mundialização e neoliberalismo.....	46
3.4 Indicadores internacionais.....	50
CAPÍTULO 4	54
4.1 Centralização de capital no Brasil	54
4.2 A década neoliberal: 1990	54
4.3 Centralização (2000-2015) sob Lula.....	63
4.4 BNDES: em busca do tempo perdido.....	66
4.5 Resultado comparativo do movimento histórico de centralização de capital.....	72
4.6 Alguns perfis da concentração setorial	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
BIBLIOGRAFIA	86

INTRODUÇÃO

A queda do Muro de Berlim, em 1989, marcou o início de um ciclo de desregulamentação, privatização e internacionalização de capitais que sepultou definitivamente o modelo de Estado de Bem-Estar Social desenvolvido ao longo do período de pós-guerra nas economias centrais do capitalismo mundial.

Trata-se de um período marcado, no plano político, pela disseminação de versões cada vez mais radicais do liberalismo econômico travestido em um novo consenso (“de Washington”, inicialmente, mas adotado posteriormente pela União Europeia, pela América Latina e por praticamente todas as macrorregiões econômicas, tão logo o “perigo vermelho” tivesse se tornado uma figura retórica do passado).

As versões sucessivas de liberalização econômica – supostamente voltada à consagração das “forças de mercado” como portadoras de maior eficiência, competitividade e bem-estar – propiciaram e, em muitos casos, estimularam um processo ainda mais vigoroso de concentração e centralização de capitais, revelando novamente as conexões essenciais e recorrentes entre a acumulação capitalista e o aumento de desigualdades entre países, classes sociais e até mesmo entre os capitalistas.

A presente dissertação tem como principal objetivo retomar a perspectiva marxista de análise crítica do movimento de acumulação de capital, revelando algumas das principais implicações dessa tendência endógena e recorrente sobre o funcionamento dos mercados, os fluxos de investimento e a formação de preços, com ênfase na repercussão sobre a economia brasileira e conduzindo a uma crítica da “vulgata” neoliberal contemporânea.

A globalização assegura um mundo sem fronteiras; a mundialização constitui a real submissão de todas as fronteiras à lógica da acumulação e crise, tanto econômica como financeira, mas também crise de representação, de mediação pela esfera pública e de regulação ou “moderação” dos apetites centralizadores e de exploração sem limites da força de trabalho (sob o epíteto de “terceirização” e da flexibilização/modernização de direitos dos trabalhadores).

Superada a Guerra Fria, suspendem-se também todos os limites à acumulação de capital que poderiam ganhar relevância, tais como o esgotamento de recursos naturais, consagrando a percepção de uma nova era, o “antropoceno”, em que, pela

primeira vez, ganha força a hipótese de que o capitalismo, ao subordinar toda a natureza aos circuitos de acumulação, concentração e centralização de capitais, coloca o impacto ocasionado pelo ser humano em pé de igualdade com as eras geológicas, dada a magnitude dos seus efeitos destrutivos sobre o meio ambiente (isto é, a nova grande contradição do capitalismo, apontada por Chesnais em sua obra mais recente).

Até mesmo a subjetividade e o individualismo, elementos que em etapas anteriores serviram à consagração dos “espíritos animais” do capitalismo, passaram por uma transformação devido à emergência de grandes corporações capazes de controlar a sociabilidade a partir das tecnologias de informação e comunicação, produzindo as assim chamadas “redes sociais”, que também ganharam rapidamente o caráter de novos monopólios mundiais a partir do final dos anos 90.

Quanto aos chamados “países em desenvolvimento”, a mundialização torna ainda mais remotas as possibilidades de superação da desigualdade entre centro e periferia que, até meados do século XX, ainda promoviam projetos desenvolvimentistas, de industrialização tardia ou “*catch up*” pelo Terceiro Mundo.

CAPÍTULO 1

1.1 A volta de Penteu¹

O final do século XX é marcado pela consolidação do neoliberalismo enquanto ideologia dominante, sendo Margareth Thatcher e Ronald Reagan os líderes desse movimento. Em meio à crise global, o mundo assistiu, em 1989, à queda do Muro de Berlim, que, além de barreira militar, simbolizava a divisão do mundo entre capitalismo e comunismo. Com a queda do Muro e com o fim da União Soviética, a “nova ordem mundial” foi cantada em prosa e verso, indicando os parâmetros da nova etapa de hegemonia em escala mundial do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, por que voltar a Marx? Afinal, já não estariam – há pelo menos 30 anos – evidentes as insuficiências, se não vícios e perversões da abordagem marxista da Economia Política? Aliás, não estaria a própria Economia Política condenada, dada a supremacia – contemporânea à queda do Muro – da economia pura, matemática ou instrumental?

Naquele mesmo ano-ícone, isto é, em 1989, funcionários do alto escalão do governo dos Estados Unidos, potência líder mundial capitalista desde o pós-guerra, reuniram-se com as instituições remanescentes do consenso de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), na capital norte-americana, engendrando a agenda que ficou conhecida como “Consenso de Washington”.

Derrocada econômica do modelo comunista, reafirmação como cartilha internacional de diretrizes favoráveis à liberdade absoluta dos mercados (e à flexibilização dos direitos dos trabalhadores como condição de total liberalização em escala internacional): a economia e a política dos últimos 30 anos foi decidida, explícita e irreversivelmente anti-Marx, propondo para o imaginário mundial a antítese perfeita das “Internacionais” comunistas, ou seja, uma cartilha ideológica fazendo as vezes de uma “Internacional Capitalista”.

¹ “As Bacantes” ou “As Mênades” é uma tragédia grega de Eurípedes. Estreou postumamente no Teatro de Dioniso em 405 a.C.; obteve o primeiro lugar na competição teatral realizada durante o festival da Grande Dionísia. A tragédia é baseada na história mitológica do rei Penteu, de Tebas, e de sua mãe, Agave, e da punição dos dois pelo deus Dioniso, primo de Penteu, por sua recusa em venerá-lo. Obra celebrizada em montagem neotropicalista do Teatro Oficina de São Paulo, pelo diretor José Celso Martinez Correia, Penteu representa na tragédia grega a concentração simbólica de todas as forças que reprimem o bem-estar social, a liberdade política e os prazeres erótico, estético e lúdico.

Com a prioridade de firmar e expandir o capitalismo, que acabara de se tornar hegemônico para toda a eternidade (Fukuyama não previu, pela mesma época, “o fim da História?”), a reunião da alta cúpula tinha como objetivo orientar a estratégia de política econômica dos países latino-americanos, que eram simpatizantes das ideias comunistas.

Por meio de propaganda ideológica, o Consenso de Washington propagou a promessa de que era possível o desenvolvimento associado ou dependente. A ideia era simples: ao seguir as medidas recomendadas pela cartilha neoliberal, os países subdesenvolvidos entrariam na rota da globalização.

A abertura econômica, alinhada com políticas econômicas recessivas (fiscal e monetária), traria competitividade ao produto doméstico devido à concorrência com produtos estrangeiros. Embora no começo a adaptação fosse necessária, a inevitável transferência de tecnologia resultaria em maior modernização e em aumento da produtividade da indústria nacional. Por sua vez, haveria barateamento do custo de produção (que seriam repassados à demanda, a depender da elasticidade), diversificação e melhoria da qualidade dos produtos nacionais.

O aumento da concorrência frente ao capital externo trazido pela abertura econômica também seria benéfico do ponto de vista do consumidor, pois o preço estabelecido seria o preço competitivo – aquele em que as forças de oferta e demanda encontram-se em equilíbrio.

Assim, a exposição à concorrência mundial seria a fórmula do sucesso para que os países subdesenvolvidos da América Latina realizassem o *catch up*. A inserção no movimento de acumulação mundializado seria benéfica a todos.

Segundo a ideologia neoliberal, a economia opera em equilíbrio de longo prazo e qualquer intervenção externa apenas causaria distúrbios na ordem intrínseca em que operam as forças do mercado. Nessa lógica, salvo exceção de falhas de mercado, que devem ser combatidas com ajustes de curto prazo, uma nação pensar em planos de desenvolvimento, com atuação estratégica do Estado, é motivo desestabilizador do bom funcionamento da própria economia.

Na visão neoliberal, o melhor a se fazer é adotar a estratégia do capital e deixá-lo com total autonomia para realizar seu movimento de expansão; e daí deriva uma série de medidas liberalizantes.

Um dos alicerces da ideologia neoliberal é a desregulamentação. Cabe aqui uma ressalva sobre a lógica do Estado mínimo pregada pelos neoliberais: o Estado

pode ser mínimo para o social, mas atua em consonância com os interesses do capital. Optar pela desregulamentação é intervir, tomar decisão política em prol do capital. A estratégia nacional dialoga com a lógica do capital, sendo o Estado aparelhado ideologicamente no capitalismo, servindo, sobretudo, ao grande capital oriundo de países centrais.

A desregulamentação geral e irrestrita traduz-se, em cada setor da economia, em medidas políticas tomadas em prol do capital e, normalmente, com efeitos deletérios para os direitos da classe trabalhadora. Um exemplo disso é a chamada flexibilização do mercado trabalho; a reforma trabalhista, por um lado, acarreta redução dos direitos sociais adquiridos historicamente por meio de luta e resistência: aumenta-se a jornada de trabalho, diminui-se a participação dos sindicatos. Por outro, a terceirização do trabalho, agora com alcance em todas as atividades de uma empresa, beneficia o capital. Segundo pesquisa realizada pelo DIEESE (2013), os trabalhadores terceirizados recebiam, em média, 24,7% a menos do que os contratados em regime de CLT, bem como trabalhavam três horas a mais. Nitidamente, aumenta a taxa de acumulação de capital pela compressão de custos sem que a produtividade precise dar saltos.

Por que Marx? O embate entre capital e trabalho revela-se mais vivo do que nunca e a desregulamentação demonstra a atuação do Estado em favor da concentração do capital, eventualmente servindo à função de mediador politizado dos conflitos entre capitais concorrentes (financiando com recursos públicos a concentração e centralização do capital, ao limite da confusão pessoal entre função pública e agenciamento do interesse privado direto).

A concentração do capital e a superexploração do trabalho são decorrência tão natural da aceitação da doutrina neoliberal quanto a pertinência de lhe oferecer resistência teórica e prática relendo, com urgência ainda maior, a obra de Marx e sua visão da lógica e da história da acumulação de capital como fatores de transformação política e da ordem mundial.

Uma economia convertida em política de privatizações constitui elemento central à aproximação entre doutrina neoliberal e processos de acumulação, concentração e centralização do capital. Nesta visão, não cabe ao Estado o papel ativo enquanto indutor de investimento nem mesmo estratégico de orientar quais setores são socialmente desejáveis para o desenvolvimento econômico local, regional, nacional ou mesmo mundial. Sua função é de retaguarda, é certificar-se de

que o capital possa realizar seu movimento de acumulação sem esbarrar em obstáculos, circulando livremente e redesenhando o mapa-múndi com os olhos postos na bússola de sua própria lógica concentradora, centralizadora e, portanto, produtora acelerada de desigualdade até a próxima crise.

As vendas de ativos públicos e empresas estatais foram amplamente realizadas nas democracias capitalistas com a promessa de que seriam benéficas: maior concorrência, maior competitividade, difusão do progresso tecnológico, diminuição dos preços ao consumidor e ampliação de seus direitos e garantias, bem como maior variedade de produtos e consistência com padrões de sustentabilidade ambiental, social e cultural.

No Brasil, as privatizações ganharam força durante os anos 1990, com casos emblemáticos no setor de mineração, siderurgia e telecomunicações. A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada, em 1997, com financiamento público, sendo que recursos do BNDES foram alocados ao grupo Vicunha, que também comprou a Companhia Siderúrgica Nacional. O lucro que a Vale obteve nos semestres seguintes foram muito superiores ao preço relativamente baixo pelo qual foi vendida.

Outros pontos, como por exemplo, a liberalização cambial e a abertura comercial, a financeirização dos processos produtivos e a armadilha financeira imposta como camisa de força à política fiscal e de juros no curto prazo, assim como a fragilização das instituições em consequência da própria tecnologia (a chamada “revolução digital”, cujos impactos são, ainda, acelerados e crescentes também do ponto de vista do processo de concentração e centralização de capital em escala mundial) e o culto à meritocracia (como fonte segura de maiores competitividade e produtividade) são campos problemáticos que passaram ao estatuto de ícones do neoliberalismo e que, sobretudo nesse momento, ou seja, de crise econômica, política e de projeto nacional, continuam sendo explorados e glamorizados pela corrente dominante da economia, pelos gestores das políticas implementadas sob inspiração do Consenso de Washington e pela mídia global, hegemônica e aliada maior de um processo sem precedentes de redesenho de fronteiras de acumulação de capital sob o efeito da emergência de mercados e infraestruturas inéditos, fortemente dinamizados por fluxos de informação, comunicação, produção concentrada de conhecimento e de inovação, agravando as assimetrias do capitalismo e implementando novas formas de dependência, com aprofundamento de formas

arcaicas nos países da periferia mundial (sobretudo desindustrialização e reforço da exploração agrária, de recursos naturais e ambientais, como no caso brasileiro).

1.2 Por que Marx? Questão de método

Marx se distingue praticamente de todos os autores na história do pensamento econômico porque sistematizou a lógica da acumulação de capital tendo como horizonte o conhecimento histórico dos processos de exploração do trabalho, expropriação violenta (acumulação primitiva) e industrialização clássica (sobretudo em relação ao caso inglês).

Ou seja, foi capaz, como nenhum outro autor o fez, de consubstanciar numa dialética entre formalização e historicização, sem cair no empirismo (que toma os dados, as aparências como fonte de inteligibilidade dos processos).

O conceito de dialética, originalmente desenvolvido por Aristóteles, significa *diálogo*, e a distorção de sua compreensão começa ao querer identificar o método dialético a partir da lógica formal. Desse ponto de vista, até mesmo usar a expressão “questão de método” é insuficiente para a visão de Marx, pois não se trata de uma separação formal entre teoria e história que possa externamente ser regulamentada por um “método”.

A dialética não é aquilo que a lógica formal conceitua como método, como se se tratasse de um mecanismo utilizado para identificar a verdade, ou mesmo como se houvesse a possibilidade de teorizar sobre uma técnica pré-definida para descobrir uma verdade fora do tempo, eterna ou idealmente objetiva.

Não é, portanto, trivial aproximar o método, tal como definido pela lógica formal (a metodologia científica), dos processos de compreensão crítica evidenciados na dialética marxista. Segundo Marcos Müller,

o método dialético quer superar essa exterioridade do conhecimento em relação ao objeto e a concepção instrumental de método aí presente. Ele exige que o conhecimento apreenda as determinações do conteúdo no próprio movimento pelo qual elas se desdobram, estabelecendo a conexão necessária e iminente entre elas (MÜLLER, 1982, p. 24).

O método dialético é um percurso que se dá na dimensão da exposição e que tem como objetivo entender como é determinado o objeto, evidenciando como o objeto é exposto em sua realidade concreta.

Ao contrário do método tradicional, a análise não é realizada a partir de uma perspectiva pré-moldada do observador. Na lógica formal, impõe-se a visão pré-concebida do observador. Há, portanto, no método dialético, um respeito à forma de exposição do objeto: o próprio objeto define qual é o lugar da observação, ao contrário de uma opção meramente subjetiva, ou seja, feita por escolhas autônomas por parte de quem se situa na posição de mero observador.

Ainda segundo Müller, o método dialético tem como característica a exposição da contradição, ou seja, um procedimento progressivo-regressivo que é indissociável da crítica.

A etapa da exposição sugere observar como o objeto se apresenta, definindo-se quais relações devem ser observadas. Por exemplo, uma garrafa de água, para o dono do bar, é um objeto a ser vendido, é valor de troca. Já para o consumidor da bebida, é para saciar sua sede, portanto, é valor de uso.

Assim, para Marx, a compreensão do objeto está vinculada ao real, à dialética materialista, diferentemente da visão de Hegel, que estuda o objeto de uma perspectiva metafísica, subordinando o movimento do objeto a uma negatividade do conceito, enquanto na exposição de Marx, é a própria realidade que produz essa negatividade.

A segunda característica dessa negatividade produzida pelo objeto (no presente caso da pesquisa, o movimento do capital como contradição com o trabalho e entre capitais) é a sua apreensão por meio de procedimento progressivo-regressivo, ou seja, indo e voltando no tempo e no espaço das relações contraditórias que produzem a cada momento do movimento uma reconceituação do objeto pela subordinação ou superação das contradições. Ou seja, trata-se de um objeto cuja exposição pressupõe que o conjunto das relações que o definem é modificado no tempo, no espaço e nos propósitos (por exemplo, acumulação, concentração e centralização de capital num setor, na economia como um todo já em escala mundial).

A terceira característica importante da dialética é, portanto, o caráter inescapável da contradição.

O pensamento burguês foca na aparência, no imediato, no objeto isolado (o que existe é observado apenas de maneira micro, sendo o macro a somatória das

partes). Define uma metodologia específica e as hipóteses, pré-concebidas, serão aceitas ou rejeitadas. Assim, há um conceito analítico pré-concebido, em que há o recorte, enquadramento do objeto, com a total negação da história.

A questão se impõe de maneira tanto mais aporética quanto Marx partilha positivamente com Hegel o “esforço do conceito”, isto é, o esforço de um pensamento que deve se despojar de suas opiniões, preconceitos e hipóteses externas ao objeto, e que deve abdicar, como diz Hegel, daquela desenvoltura “que paira vaidosamente acima do conteúdo” [...]. (MÜLLER, 1982).

A compreensão do objeto e a exposição de seu movimento ocorrem como parte inescapável de sua própria realidade contraditória, ou seja, é uma lógica que tem sentido apenas na medida em que a contradição, num dado conjunto de relações, resolve-se apenas no plano da história.

[...] a dialética é um modo de apropriação do concreto pelo pensamento, um “método de elaboração” que “reproduz” o concreto que as ciências empíricas analisaram e prepararam para a exposição, que então “transpõe”, “traduz”, “expressa” idealmente o movimento efetivo do conteúdo e “espelha idealmente a vida do material (MÜLLER, 1982).

Ainda segundo Muller (1982, p. 33), o que legitima e torna, assim, em última análise, válida a desvinculação, reivindicada por Marx, entre o núcleo racional da dialética e seus compromissos com a metafísica hegeliana do conceito, é o diagnóstico histórico do capitalismo como modo de produção dominado pela abstração real do valor e do seu fundamento, o trabalho abstrato capitalizado. É o diagnóstico histórico de uma sociedade cujas relações sociais de produção estão dominadas por um universal que autoadjudica uma subjetividade pseudoconcreta às expensas da atividade concreta dos indivíduos reais: o capital enquanto valor que se autovaloriza, princípio determinante da reprodução material de uma sociedade que repõe todas as suas condições históricas e lógicas como momentos internos da sua reprodução.

O tema certamente é complexo; portanto, não se trata de abrir demais essa agenda nos limites dessa dissertação. No entanto, é fundamental compreender que entre os dados da empiria e a lógica do modo de produção capitalista é possível, com Marx, fazer o trabalho simultâneo teórico-histórico e prático-político de superação das contradições que a acumulação capitalista engendra (entre capital e trabalho, mas,

também, entre capitais, ou seja, como imperativo de acumulação produz concentração e centralização).

Os dados poderão ilustrar e fundamentar a percepção do fenômeno, desde que se tenha presente essa lógica como passo preliminar para entender que as contradições do capitalismo se resolvem na história, seja na compreensão da história como resultado prático dessas contradições (que a leitura dos dados pode ilustrar, sem reduzir a compreensão ao empirismo ou à econometria), seja na proposição de soluções políticas para as contradições e conflitos historicamente determinados.

Em “O Capital”, não se trata de escrever sobre a história, mas de fazer a conexão entre a história e a exposição simultânea de uma lógica que governa o modo de produção capitalista por meio de contradições que só se resolvem na prática, em circunstâncias que dependem do desenvolvimento das forças produtivas e da contemporânea conformação das relações sociais de produção, dos sistemas de propriedade e dos modelos de regulação e política econômica (seja a política dos banqueiros, seja a dos proprietários de terra, dos industriais e assim por diante).

A dialética em Marx se resolve na história. As contradições se apresentam na relação capital e trabalho por meio da exploração e na relação capital e capital, mediante a concentração e centralização e, finalmente, na superacumulação e na crise, que nunca é apenas econômica, mas política e, eventualmente, revolucionária.

A história, entretanto, distingue-se da mera coleção de dados empíricos. Estes estão no plano da aparência e, portanto, da necessária, porém, insuficiente análise quantitativa. A economia política crítica é capaz de enfrentar as incertezas da produção da história pela leitura do empírico a partir da lógica inerente aos processos dos quais brotam os dados, os registros, a contabilidade e a estatística. Nessa perspectiva, a economia política valoriza, portanto, a abordagem de natureza qualitativa e análise crítica do consenso.

Para Marx, história sem lógica é empirismo e apologia capitalista, enquanto a lógica sem a história é idealismo e fetiche a encobrir interesses.

Essa pertinência metodológica de Marx está, portanto, no desafio da abordagem lógico-histórica, que remete sempre à política. É a passagem da crítica da Economia Política à Economia Política Crítica. Ao se resgatar essa perspectiva com a devida atenção às questões de método envolvidas, torna-se possível, na análise dos processos recentes de concentração econômica no Brasil, dar oportuno valor à

perspectiva marxista no horizonte da crítica à restauração neoliberal em tempos de crise do capitalismo.

1.3 Por que Marx? Acumulação, Crise e Violência do Capital

A Economia Política Crítica foca o estudo no movimento geral do capital. Acumular é o objetivo central do capital e, por isso, o processo de acumulação é peça fundamental para entender sua dinâmica, seja a partir da geração de mais-valia, ou seja, na relação capital-trabalho, seja no ciclo de expropriação de propriedade, fusões, aquisições e privatizações, na relação entre capitais, a acumulação de capitais é a lei geral da inteligibilidade do capital. Deste modo, acumulação é sua lei, daí que, na crise de acumulação, a única alternativa apareça como violência do capital (do desemprego, ou perda de direitos sociais, à guerra, ao racismo, à xenofobia, ao populismo, etc.).

A acumulação de capital é descrita por Marx enquanto processo dialético e autônomo que o capital imprime, com o objetivo de se valorizar com a finalidade de garantir sua sobrevivência. Esse processo envolve duas etapas, quais sejam: de produção e de circulação. Na produção, a composição orgânica do capital (agora já entendido enquanto relação social de produção) é formada por máquinas e equipamentos e por trabalho vivo. Na teoria marxista, apenas a força de trabalho tem a capacidade de criar valor de troca, e daí reside sua importância. Somente a transformação da natureza em valor de uso no processo produtivo é que é capaz de criar valor excedente, mais-valia. Mais precisamente, é a exploração da força de trabalho no processo produtivo que cria valor excedente. Assim, com o aumento da produtividade, é possível criar mais-valia relativa.

Para que cada ciclo de acumulação seja bem-sucedido, é necessário que, além da cristalização do valor criado por meio do trabalho na esfera da produção, a mercadoria realize seu salto mortal, isto é, seja vendida, agora, portanto, na etapa de circulação. Parte da mais-valia produzida deve ser reinvestida no processo de acumulação, com a finalidade aumentar a massa de capital e, assim, iniciar uma nova etapa de ciclo de acumulação.

A contínua necessidade de expansão do valor faz com que o capital busque incessantemente acumular-se em sua própria base, daí o efeito de concentração. O

processo de concentração encontra-se, portanto, no contexto mais amplo da necessidade de acumular; logo, a concentração não se confunde com acumulação, mas constituem processos indissociáveis.

A contradição revela-se no fato de que, quanto maior a massa de capital, maior a dificuldade em realizar valor endogenamente. Mas o capital não possui limites em seu crescimento. Seu criar valor a partir de sua própria base é algo difícil; é possível comandar mais-valia alheia, por meio do processo de centralização de capital. Nesta disputa pela riqueza, a tendência é um capital ainda mais poderoso, concentrado e centralizado, com contradições ainda mais evidentes e com maior dificuldade em criar valor ou se apropriar de valor já existente. Neste movimento autônomo, o capital abre precedente para crise estrutural, iminente ao seu movimento, seja de caráter econômico, seja político.

Isso permite ver o neoliberalismo como ideologia na crise e da crise, dando como solução o fim da política e, portanto, colocando em primeiro plano a violência como verdade do capital. É a volta de Penteu, a vingança do princípio de repressão, controle e exploração, geralmente travestido dos mais diversos moralismos, “leis históricas” e ideologias de alienação de direitos e culto à violência para eliminação dos excluídos, excedentes humanos que afetam a taxa de acumulação ou representam riscos à maior concentração de poder, riqueza e conhecimento. Daí, à menor participação do Estado na garantia de direitos sociais, ao enfraquecimento dos sindicatos – e, portanto, da democracia – e, ao mesmo tempo, à facilitação da maior exploração do trabalho, vai evidentemente ocorrendo uma inevitável concentração de poder político.

Tal como no imperialismo do século XIX, a nova onda neoliberal na guinada do século XX para o XXI apresenta-se como aprofundamento da internacionalização assimétrica, com a resultante concentração de poder nas mãos de uma potência hegemônica e agravamento da dependência.

O processo tem sido glamorizado como “globalização”, mas a própria glamorização é pautada pela ideologia neoliberal e representa mais uma oportunidade para defender o fim do Estado como instrumento de distribuição de renda, oportunidades e garantias de direitos e, para alguns, até mesmo o fim da “História” (Fukuyama) e a emergência de um planeta “horizontal”, uma renascença do individualismo e da democratização de acesso a todos os empreendedores dispostos

a ganhar competitividade e aumentar a produtividade, acelerando a acumulação de capital e suas contradições.

Para a Economia Política crítica e tributária da tradição marxista, a internacionalização dos séculos XX e XXI é resultado de um processo mais bem nomeado como de “mundialização”, perspectiva que se adota aqui a partir da obra de François Chesnais. Não se trata de difusão horizontal de uma suposta modernidade (ou pós-modernidade) capitalista, mas de concentração vertical de todo o mundo sob a hegemonia de uma elite a serviço da lógica do capital.

A ideia de “globalização” e de seus supostos benefícios generalizados e autorregulados, tal como alegado por seus defensores, encobre e inverte a realidade, nega a lógica contraditória da acumulação de capital, oculta o seu tempo de expansão sem limites rumo a crises recorrentes, para, finalmente, negar também a própria história, ao acenar com um horizonte de liberdades e igualdades humanas, ou entre as nações, que historicamente jamais foi realizado.

Essas contradições, na relação capital-trabalho, na relação capital-capital e mesmo entre o que é a realidade histórica e a ideologia neoliberal, tornam-se nitidamente expostas na abordagem lógico-histórica de Marx.

Por que Marx? Sua obra, de evidente pertinência para analisar criticamente o século XIX, revela-se ainda apropriada para os acontecimentos do século XX e, a julgar pelas indicações do ciclo recente (posterior à crise financeira de 2008), também para o terceiro século que se inaugura sob o horizonte frustrante, violento e centralizador do modo de produção capitalista.

1.4 Por que Marx? Serão os deuses dionisíacos?

A tragédia grega espelha os conflitos entre os homens. Penteu, ícone maior da pulsão do controle, da repressão e da desigualdade pela força, é derrotado por forças dionisíacas que apontam para um reino humano de acolhimento da liberdade, da igualdade e da fraternidade?

É ainda possível, a despeito da pertinência, relevância e mesmo urgência da análise de Marx, apontar um caminho, um destino ou uma esperança libertadora da lógica contraditória que produz concentração, portanto, desigualdade e violência? São “dionisíacas” as forças que se organizam em torno dos direitos dos trabalhadores e

excluídos pela lei da acumulação de capital? Como se traduz esse polo dionisíaco nas ideologias de libertação, autonomia, democratização e justiça social? Qual a sociedade de bem-estar desejada ou desejável?

As contradições das relações capital-capital e capital-trabalho abrem embates relativos às novas funções dos Estados, da tecnologia e das finanças, de modo que as soluções que se efetivam por meio das lutas históricas buscam novamente uma expressão política legítima, sustentável e justa. Trata-se, em muitos casos, de *novas* funções? Trata-se de construir outro modo de produção, novas relações sociais, forças produtivas e cognitivas inauditas amparadas em tecnologias inovadoras? Marx é oportuno, pois sua leitura do ciclo de acumulação e crise do capital abre-se, sempre, para a consideração do passar do tempo, o desenrolar da história.

Do ponto de vista específico brasileiro, histórico e político, o país foi “optado” pela ideologia neoliberal ao longo de praticamente 30 anos, que coincidiram com um processo de democratização deslanchado apenas cinco anos após 1989, quando ocorreu a queda do Muro de Berlim e emergiu o Consenso de Washington.

Foi em 1994, em plena restauração da democracia (e, em boa medida, ajudando a consolidá-la) que, por meio de uma intervenção política (Plano Real) o Brasil foi colocado definitivamente na rota da mundialização.

O que aconteceu desde então? Ao iluminar a dimensão ainda relativamente pouco debatida, que leva ao plano da acumulação de capital e sua consequente tradução em concentração e centralização de capital do Brasil da democratização consentida por Washington, espera-se com essa dissertação confirmar a atualidade do pensamento de Marx para a periferia, mas também para a formulação, cada vez mais necessária, de uma política efetivamente inclusiva, emancipatória e de superação das contradições que no capitalismo nunca foram superadas senão pelas violências mais extremas.

1.5 Conclusão: superação da tragédia brasileira?

Nenhum dado resolve os dilemas e incertezas da história. Não se espera que o percurso aqui proposto – do pensamento lógico-histórico de Marx e de alguns inspirados marxistas ao exame das evidências empíricas mais recentes relativas à concentração de poder econômico no ciclo recente de crescimento e crise no Brasil –

seja sequer a chave principal para apontar os caminhos de superação da tragédia brasileira. Conclui-se, no entanto, essa primeira reflexão sobre a atualidade e pertinência da abordagem de Marx ao fenômeno da acumulação, concentração, centralização e crise capitalista, alinhando elementos que serão essenciais ao desenrolar da dissertação.

O retorno a Marx, tal como já ocorreu em outros momentos de crise capitalista (como nos anos 60), justifica-se por uma questão de método (epistemológica ou mesmo ontológica), mas também pela inevitável formulação de uma análise nos quadros da Economia Política crítica quando se parte da crítica à Economia Política (que Marx denominou “economia vulgar”). Pôde-se também sublinhar como esse percurso exige a resolução das contradições no campo da história, não apenas do empirismo, mas da integração dos dados empíricos a uma visão da política, do Estado, do poder e do futuro.

A superação da “tragédia brasileira” com seus “Penteus” (no mercado, no Congresso Nacional, no Judiciário ou nas mídias, nos ministérios e demais instâncias do Poder Executivo) passa pela adequada revisão – lógico-histórica e atenta ao processo político – da própria capacidade brasileira de produzir e sobreviver às contradições da acumulação capitalista.

CAPÍTULO 2

2.1 Acumulação de capital e expansão do valor

É a lei da produção capitalista, imposta pelas revoluções constantes nos próprios métodos de produção e pela depreciação consequente do capital em funcionamento, pela luta geral da concorrência e pela necessidade de melhorar a produção e de ampliar sua escala, para a empresa simplesmente conservar-se, não perecer. O mercado tem, por isso, de ser constantemente ampliado. (MARX, 2009, p. 323).

A acumulação de capital é o movimento geral que o capital realiza na busca da expansão do valor com o objetivo “imediato” e “dominante” de produzir mais-valia (MARX, 2008, p. 322) de forma ininterrupta. A obtenção de mais-valia reside no objetivo do capital, e a acumulação de capital é garantida pela “aplicação de mais-valia como capital ou conversão de mais-valia em capital”. (MARX, 2008, p. 677).

Acumulação, concentração e centralização são processos distintos, porém, movimentos interligados do capital. “[...] A acumulação aparece, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, do outro, através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais”, resultando em centralização (MARX, 2009, p. 729).

Dessa forma, verifica-se que concentração de capital resulta na centralização de capital, na absorção ou destruição de capitais relativamente mais fracos, e fortalece o crescimento de determinados capitais individuais. O processo de centralização, por sua vez, estimula a concentração em um movimento contínuo que se realimenta. O caráter expansionista da acumulação estimula a concentração.

Para Marx (2009, p. 728), “todo capital individual é uma concentração maior ou menor dos meios de produção que tem sob seu comando um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de outra acumulação” e a centralização é seu resultado.

A concentração representa o crescimento endógeno do capital, isto é, o crescimento orgânico com ampliação da própria base de acumulação. O capital aumenta sua magnitude a partir do próprio crescimento, em movimento ascendente contínuo alimentado pela mais-valia.

Eleva-se, nesse processo, a massa de mais-valia sob controle do capital mais centralizado e a disputa entre os capitais individuais pela mais-valia global criada pelo conjunto de capitais.

O poder do capital individual dado pelo tamanho, tecnologia e controle sobre a cadeia de produção e mercados define o quanto se conseguirá apropriar da mais-valia de capitais mais fracos: “quanto mais capital ficar sob o domínio de um capitalista, maior será sua capacidade de acumulação e, portanto, maior a necessidade de acumulação para manter seu fluxo” (SAWAYA, 2006, p. 42).

A centralização é uma redistribuição do capital em funcionamento, e não apenas do poder de apropriação sobre a massa de mais-valia global. Não se trata de criação de novo valor social, mas sim de redistribuição do existente. A disputa pelo comando da mais-valia produzida pelos concorrentes estabelece uma rivalidade intensa sobre o valor criado socialmente entre os capitais.

O progresso da centralização não depende, de maneira nenhuma, do incremento positivo do capital social. E é isto que distingue a centralização da concentração que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada. Temos a centralização por mudar simplesmente a distribuição dos capitais já existentes, por alterar-se apenas o agrupamento quantitativo dos elementos componentes do capital social. O capital pode acumular-se numa só mão em proporções imensas, por ter escapado a muitas outras mãos que o detinham. (MARX, 2009, p. 730).

Marx (2009, p. 731) destaca que a centralização é uma forma de solucionar a contradição resultado da busca incessante pela expansão do valor que resulta em superprodução e superacumulação, não havendo espaço para todos os capitais individuais.

Os capitais mais fortes não apenas se apropriam da mais-valia dos mais fracos, mas também os destroem. Dessa forma, a centralização se constitui como uma poderosa alavanca para o processo de acumulação, para sua continuidade, pois contorna não somente a superprodução, mas também a superacumulação de capital.

Encontra-se a solução para a superacumulação – obstáculo à expansão do capital – porque há um reposicionamento dos capitais nos espaços de acumulação já ocupados. Superada a superprodução, ao destruir capitais supérfluos, o processo garante o fortalecimento dos capitais em condições para continuar a disputa.

Os vitoriosos são aqueles que conseguem atingir maior grau de concentração e centralização, bem como ampliam sua base de acumulação e extração de mais-valia e eliminam seus concorrentes.

A centralização representa, na definição de Sawaya (2006, p. 220), a “eliminação dos capitais mais fracos, fortalecimento dos mais fortes e a reordenação daqueles que sobreviveram à disputa pelo valor” que se torna mais acirrada, por um lado, devido à formação de capitais mais fortes, por outro, em razão da destruição de capitais já existentes.

A centralização é a expropriação do capitalista pelo capitalista. “Pouco importa o desaparecimento de um capitalista individual, já que suas funções logo serão preenchidas por outro; interessa o modo pelo qual cada movimento singular de valorização integra no movimento do capital social como um todo” (GIANNOTTI, 1983 apud SAWAYA, 2006, p. 256).

O capitalista, como representante do capital, embora independente dele, pode ser engolido pelo movimento do capital em seu processo de valorização. Essa é a contradição: o capital eliminando os que por ele lutam, mesmo aqueles que têm a função de preservá-lo e ampliá-lo. O processo de centralização materializa essa independência que o capital em geral possui, em relação ao capitalista-pessoa e aos capitais individuais fragmentados, apesar de serem esses capitais que lhe dão corpo social. (SAWAYA, 2006. p. 35).

A materialização da centralização de capital toma a forma concreta de fusões, aquisições, *joint ventures* e outros sistemas de controle sobre o valor que estão sob o comando da grande corporação.

Tal como já afirmava Lênin, é esse grande capital centralizado que estabelece suas raízes de poder e comando sobre mercados e espaços geográficos, movimento que caracteriza o que Chesnais (1996) coloca na base da **mundialização** do capital.

2.2 Concorrência entre capitais e vantagens dos maiores na disputa

O capital esbarra em dificuldades para seu crescimento contínuo quando considerada a concorrência, haja vista que não há espaço para todos os capitais em funcionamento. O processo de centralização é uma forma de contornar esse obstáculo, à custa do desmantelamento de capitais mais fracos em relação aos mais fortes.

Por isso, no contexto concorrencial, os capitais sempre estão em busca de formas que melhorem seu posicionamento na reordenação causada pela centralização. O domínio do mercado, entretanto, está restrito aos capitais que alcançam o estágio de controlar seus concorrentes.

Uma das bases desse controle é o tamanho do capital. A capacidade de acumulação de cada capital individual está diretamente relacionada à magnitude de capital concentrado em suas mãos: quanto mais concentrado o capital, maior será a massa de recursos disponíveis para investimentos estratégicos.

Kalecki (1977, p. 109) retoma essa lógica ao asseverar que “o pré-requisito mais importante para alguém se tornar empresário é a *propriedade* do capital”. Quanto mais centralizado for o capital, maior será seu poder de controle sobre a mais-valia social criada; maior será seu poder de acumulação; maior seu poder de se alavancar além da mais-valia acumulada via crédito (KALECKI, 1997, p. 113).

A criação de barreiras à concorrência pelos capitais de grande porte ocorre, portanto, tanto em virtude de sua capacidade de escala e possibilidade de possuir departamentos de pesquisa e tecnologia, como pela restrição ao espaço de acumulação, fator que eleva a capacidade dos capitais mais fortes de capturar mais-valia dos capitais mais fracos, intervindo diretamente sobre os mecanismos de formação de preços.

O tamanho da corporação eleva ainda sua capacidade de investimento. Quanto maior a concentração de capital, maior a capacidade de controle sobre massas adicionais de mais-valia; maior é a facilidade para se obter crédito junto a bancos. O acesso ao crédito configura-se, assim, como importante fator estratégico para a corporação, bem como acentua o impulso concentrador e centralizador.

O crédito se torna, nas palavras de Marx (2009, p. 730), “uma arma nova e terrível na luta da concorrência” que exerce papel de catalisador no processo de acumulação de capital.

A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que amplia a produção capitalista e a acumulação. Além disso, o progresso da acumulação aumenta a matéria que pode ser centralizada, isto é, os capitais individuais, ao passo que a expansão da produção capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos dessas gigantescas empresas industriais cuja viabilidade depende de uma prévia centralização do capital. (MARX, 2009, p. 730).

O acesso ao crédito depende da magnitude do capital. Capitais menores encontram obstáculos na tomada de empréstimos em relação a capitais maiores, dado o limite de sua capacidade em gerar e acumular mais-valia, limitando o quanto a empresa consegue alavancar de recursos bancários adicionais (KALECKI, 1997, p. 114). O acesso desigual ao crédito fortalece o movimento de centralização de capital nas mãos dos capitais mais fortes e define o reordenamento de capitais, bem como sua capacidade de expansão.

A tecnologia e a escala de produção e produtividade de cada capital são elementos determinantes para a continuidade do processo de valorização em escala ampliada, pois garantem apropriação de mais-valia e, portanto, o aumento dos lucros. Estes, nas palavras de Marx (2008, p. 230), são “meras porções de mais-valia que se distribuem e que são disputadas entre os capitais”. O objetivo de toda empresa é se apropriar ao máximo do lucro e auferir superlucro. A tecnologia evolui a serviço dessa mesma lógica.

Sylos-Labini (1980, p. 67) ressalta a mesma tendência: se o progresso técnico em primeira instância nada mais é que o melhor uso dos meios de produção, é no processo de ganhar escala que se confirma a lógica da acumulação que converte o progresso técnico em instrumento de oligopolização. Quando adotado um processo produtivo mais avançado, maximiza-se a capacidade de aumentar o lucro, porque, ao baratear o valor individual de cada unidade produzida, consegue-se, por exemplo, vender a mercadoria abaixo de seu valor de mercado determinado pelo nível tecnológico médio de seus concorrentes.

Em suma, ocorre um aumento da produtividade submetido aos ditames da acumulação de capital. Com a mesma quantidade de trabalho, diminui-se o valor de cada unidade produzida e se produz um volume maior de valores de uso. É da produtividade particular do trabalho que decorre o superlucro. (MARX, 2009, p. 256).

A produtividade particular do trabalho em determinado ramo ou em determinada empresa desse ramo interessa apenas aos capitalistas aí diretamente participantes, e na medida em que capacita esse ramo especial em relação ao capital total, ou o capitalista individual em relação a esse ramo, a extrair um lucro extra. (MARX, 2009, p. 256).

Deste modo, um aumento de produtividade permite um aumento da quantidade produzida, sem alterar a quantidade de trabalho social necessário, o que, em razão deste capitalista adiantar-se ao processo, traduz-se em extração de mais-valia extra.

Por outro lado, capitais individuais obsoletos, que não conseguirem acompanhar a inovação, sucumbirão a seus concorrentes.

A produtividade do trabalho está associada à composição do capital. Esta, por sua vez, relaciona-se na razão direta à quantidade de meio de produção, trabalho morto materializado em máquinas e equipamentos, capital constante, e na razão inversa da quantidade de trabalho exigida por capital constante. Equivale a dizer que, quanto maior a relação c/v , maior será a produtividade do trabalho, ou ainda, que a produtividade diminui quando diminui a relação v/c .

As diferenças tecnológicas, que aparecem como diferenças na capacidade de geração de mais-valia e lucro, geram preços diversos de produção para as empresas ao tentarem auferir o lucro médio geral. Assim, essas empresas teriam um preço de produção acima do preço médio que, por conta da concorrência, precisam se ajustar à média.

Assim, a única solução de sobrevivência é conseguir dar o salto de produtividade melhorando a tecnologia empregada. Ao contrário do valor de mercado, determinado pelas condições de produção da maioria, o valor individual se dá pelas condições individuais de cada (MARX, 2008, p. 209) e gera essa diferença de preços de produção.

Para Marx, mas também Kalecki (1977) e Sylos-Labini (1980), os rendimentos são crescentes, pois não existem limites para o crescimento da empresa. Esta sempre terá ganhos de escala quanto maior for, assim como conseguirá ser mais produtiva. Formas modernas de controle via relações contratuais (terceirização) entre diferentes unidades produtivas verticais ou horizontais permitem a existência eficiente de grandes conglomerados. (WILLIAMSON, 2012).

A imposição de aumentar “a parte constante (c) à custa da parte variável (v)” expressa, para Marx (2009, p. 731), a relevância do investimento em ciência e tecnologia (C&T) e pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o processo de acumulação do grande capital. Os capitais mais modernos, que possuem escala de produção e tecnologia diferenciada incorporada em seu processo, ganham poder.

Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas (MARX, 2009, p. 728).

Para se modernizar, os outros capitais individuais devem escolher a tecnologia mais moderna e eficiente que permita aumento da escala de produção. Nem sempre, entretanto, essa opção mostra-se viável para os capitais mais fracos ou menores, dado que estes se encontram em desvantagem em relação ao líder que já opera em larga escala. Todas essas características são impostas, no contexto da concorrência, na tentativa de cada capital diminuir o valor individual da mercadoria:

A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho e este, da escala da produção. Os capitais grandes esmagam os pequenos. Demais, lembramos que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, aumenta a dimensão mínima do capital individual exigido para se levar avante um negócio em condições normais. Os capitais pequenos lançam-se, assim, nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou apenas de maneira esporádica ou incompleta. A concorrência acirra-se então na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam. E acaba sempre com a derrota de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais ou soçobram ou se transferem para as mãos do vencedor (MARX, 2009, p. 729).

Os capitais que atingiram esse conjunto de melhores condições e que, portanto, conseguiram diminuir o valor individual de suas mercadorias, ao vendê-las pelo valor de mercado, estão auferindo mais lucro que a média. Em cada ramo particular, “os capitais que produzem nas melhores condições” obtêm superlucro (MARX, 2009, p. 257).

Mudanças na composição do capital, formada por capital variável (trabalho) e capital constante (meios de produção), impactam na taxa de lucro média $l' = \frac{m}{c+v}$ que representa a remuneração na proporção dos capitais aplicados. (MARX, 2008, p. 210-211). Determinada pela razão entre mais-valia e soma de capital variável e constante, a taxa de lucro cai quando a mais-valia diminui em razão da proporção de capital variável. Esperando abocanhar uma maior fatia na distribuição do lucro total, todo capital individual almeja à substituição do capital variável por capital constante, porque aumenta a produtividade e diminui o valor do produto.

Assim, apesar de a substituição de trabalho vivo por trabalho morto tender a diminuir a mais-valia individual, ao se elevar a produtividade e se diminuir o valor de cada unidade produzida, eleva-se a mais-valia relativa pela diminuição do valor da força de trabalho. O capitalista realiza a inovação porque enxerga a substituição de

trabalho vivo por morto como um gasto menor de um lado e pelo superlucro que terá ao vender seu produto acima do valor individual, pelo valor de mercado dado pela composição média de todos seus concorrentes.

A elevação da composição técnica determina variações na composição orgânica do capital, que, pelo ganho de produtividade em relação aos concorrentes, pode conduzir a uma maior concentração e elevação do poder desses capitais mais produtivos.

É possível encontrar empresas que possuem a mesma magnitude dos capitais aplicados, embora tenham composições orgânicas distintas do capital investido. Diferentes composições orgânicas representam diferentes taxas de lucro que causam os desvios de preços.

[...] os desvios de preços reciprocamente se anulam com a repartição uniforme da mais-valia [...]. Uma parte das mercadorias se vende acima do valor na mesma medida em que outra é vendida abaixo. E só a venda a esses preços possibilita que a taxa de lucro dos capitais seja uniforme apesar das diferentes composições orgânicas do capital. A questão central que se coloca é o fato de o preço gravitar em torno do valor das mercadorias e mesmo capitais com diferentes composições orgânicas serão guiados pela taxa de lucro média. A taxa de lucro geral é, portanto, uniforme e a taxa de lucro particular, isto é, de cada capitalista individual, é representada pela razão entre mais-valia e capital constante e inferida a partir do valor da mercadoria. (MARX, 2008, p. 210).

Deste modo, capitais aplicados com a mesma magnitude podem produzir diferentes valores individuais de mercadorias por haver discrepâncias em suas composições. A composição técnica de cada capital depende da relação entre as partes constante e variável que o compõem. Ou seja, é a proporção relativa de quantidade de meios de produção e quantidade de força de trabalho de cada capital que determina sua composição orgânica e, conseqüentemente, o valor individual da mercadoria produzida por cada empresa. (MARX, 2008, p. 215-217).

A composição orgânica do capital depende da relação técnica entre a força de trabalho empregada (capital variável) e a quantidade dos meios de produção (capital constante) e do valor dos meios de produção (MARX, 2008, p. 207). É dessas relações que surge o preço de produção: “o preço que obtemos, acrescentando a média das taxas de lucro dos diferentes ramos de produção são chamados preços de produção”. (MARX, 2008, p. 210).

O preço de produção de uma mercadoria é igual ao preço de custo mais o lucro médio. Assim, o preço das mercadorias para cada capitalista individual é determinado como um preço de *mark up*, que constitui o preço de custo mais o lucro médio acrescentado, que, por sua vez, é “determinado pela quantidade de lucro que corresponde à média”. O lucro, portanto, é a “média percentual do capital adiantado”. (MARX, 2008, p. 212).

O valor da mercadoria é a quantidade total de trabalho social necessário que envolve o trabalho passado, morto, e o trabalho novo criador de valor novo representado por trabalho necessário à existência do trabalhador e o trabalho excedente, mais-valia. Essa relação pode ser representada pela seguinte fórmula: $V = c + v + m$; e corresponde à somatória do capital constante c , capital variável v mais a massa de mais-valia m .

No capital variável está o salário médio pago aos trabalhadores, sendo seu valor a quantidade de trabalho social necessário para produzir os meios para existência social necessária aos trabalhadores (MARX, 2008, p. 214). O trabalho excedente, a mais-valia é o que cada capital se apropria e se modifica segundo a composição do capital, dado que só o trabalho vivo produz valor excedente. Empresas com diferentes composições se apropriam de quantidades muito diferentes de mais-valia (MARX, 2008, p. 210-211).

Quando as mercadorias são vendidas pelo preço de produção, retorna ao capitalista o dinheiro no valor do capital consumido para produzi-las, isto é, regressa o preço de custo mais o lucro na proporção do capital adiantado. Deve-se considerar não o lucro individual, mas sim o lucro médio. (MARX, 2008, p. 212). Para os capitais que produzem com a composição de capital média, dada a tecnologia, o preço de produção é igual ao valor da mercadoria.

Macroeconomicamente, a somatória do lucro global é igual à mais-valia global.

Na contabilidade global, lucro é igual à mais-valia. (MARX, 2008, p. 214). Mas, para cada capital individual, nem sempre é assim; o lucro pode – e é normal que isso aconteça – diferir da mais-valia. O preço do produto se desvia do valor porque a mais-valia realizada pode ser maior ou menor que o lucro médio acrescentado no preço do produto. “[...] se uma mercadoria tem mais-valia demais, outra a tem de menos, e, por isso, os desvios do valor apresentados pelos preços de produção das mercadorias se compensam reciprocamente”. (MARX, 2008, p. 214).

A quantidade de mais-valia particular depende da magnitude do capital aplicado, dada a composição orgânica média em cada ramo de produção. O mesmo não ocorre com a taxa de lucro particular, por ser um percentual referenciado na composição média, a composição da maioria dos capitais em cada ramo. Com isso, a taxa de lucro não se altera pela composição orgânica de cada capital. (MARX, 2008, p. 214). De acordo com Marx (2008, p. 211), “o lucro corresponde [...] a simples fração do capital global” ou a “simples parte alíquota do capital global da sociedade empregado em toda produção”.

A conclusão é que diferentes magnitudes dos capitais determinam diferentes quantidades do valor produzido. (MARX, 2008, p. 215-6). Portanto, a taxa de lucro não é só determinada pela composição orgânica do capital nos diferentes ramos, isto é, diferentes taxas de lucro dos ramos, mas também pela repartição do capital total nesses ramos, ou seja, pela “proporção das cotas do capital da sociedade, absorvidas pelos ramos particulares de produção”. (Marx, 2008, p. 216). Nesse sentido, cada capitalista é visto como um acionista do capital global.

O preço de custo K é “parte do valor” e o preço de produção é “a forma transmutada do valor” (MARX, 2008, p. 216), preço de *mark up*.

O custo de produzir é visto de maneira distinta entre o capitalista e o trabalhador. Do ponto de vista social, o valor ($V = c + v + m$) (MARX, 2008, p. 41) é o custo social de produção, pois representa a quantidade de trabalho social necessária para produzir a mercadoria. Para o capitalista, o custo é visto como $(c + v)$, isto é, o dispêndio com máquinas e equipamentos e o gasto em salários com a força de trabalho empregada; para o trabalhador, o custo de produzir equivale a $(m + v)$, termo que representa o valor adicionado. (MARX, 2008, p. 42 e 60).

A variação na magnitude do valor depende do capital constante, pois máquinas e equipamentos transferem seu valor à nova mercadoria, e da quantidade de trabalho que cria o valor novo, pago e excedente. A força de trabalho empregada no processo produtivo cria valor (MARX, 2008, p. 44-45). Pelo fato de haver apenas um valor novo global a ser repartido entre os capitalistas (renda igual ao lucro) e trabalhadores (renda igual a salários), é que modificações no capital variável via salário alteram a distribuição do valor adicionado. (MARX, 2008, p. 63).

Sob a óptica do capitalista, o lucro está embutido na mercadoria e decorreria do fato de ele conseguir vendê-la a um preço mais elevado em relação a seu preço de custo. De fato, o capitalista vende a mercadoria a um preço que seja igual ao custo

($c + v$) mais a taxa de lucro médio (MARX, 2008, p. 62). A mais-valia, entretanto, é ocultada (MARX, 2008, p. 65) e, na aparência, sobressai apenas como resultado da venda de mercadorias, percebida pelo capitalista como lucro na circulação (MARX, 2008, p. 62-3), sem enxergar a relação capital-trabalho (MARX, 2008, p. 60).

Taxas de lucro e mais-valia são coisas distintas. A taxa de mais-valia é invisível para o capitalista e é representada pela razão entre a massa de mais-valia e capital variável, $m' = m/v$.

Ao contrário da taxa de mais-valia, a taxa de lucro l' é visível para o capitalista, que deseja obter, no mínimo, o lucro médio sobre o capital aplicado, e é representada pela razão $\frac{m}{c+v}$. Também divergem, pois, uma elevação no capital constante não altera a taxa de mais-valia, mas diminui a taxa de lucro. Um aumento da participação do trabalho pago em relação ao trabalho excedente possui impacto ao diminuir também a taxa de mais-valia. (MARX, 2008, p. 60-61).

Seguindo o pensamento de Marx (2008, capítulo X), uma vez definidos os preços com base no acréscimo do lucro médio sobre o custo, cada empresa apresenta diferentes preços de produção. Aquelas que por conta de sua capacidade e eficiência produtiva possuem preços inferiores ao preço médio podem elevá-los e, assim, abocanhar a mais-valia dos outros e, deste modo, conseguem ter superlucro.

O valor de mercado é determinado pela quantidade média de trabalho social necessária para produzir as mercadorias, e a composição de capital da maioria é dada pela tecnologia difundida. Assim, é a lei do valor que rege o preço de produção que se ajusta em torno do valor de mercado. Este, por sua vez, é fixado pela maioria, é o ajuste de extremos. (MARX, 2008, p. x – capítulo X).

Quando a oferta é igual à demanda, o preço de mercado iguala-se ao preço de produção igual ao valor de mercado. Dessa maneira, todos os capitalistas que possuem a composição média de capital auferem o lucro médio. Quando a oferta e demanda são diferentes, os preços diferenciam-se do preço de produção, que será igual ao valor de mercado.

Quando a oferta é menor que a demanda, os preços sobem acima do valor de mercado dado pela média, de modo que as empresas em piores condições em termos tecnológicos e de produtividade, com composição orgânica inferior à média, conseguem sobreviver. As empresas com preço de produção abaixo da média

conseguem auferir superlucro e, normalmente, são as maiores e possuem melhor tecnologia e produtividade. (MARX, 2008, p. 209).

Quando a oferta é maior do que a demanda, o valor de mercado é fixado pelas empresas com melhores condições, que têm capacidade de vender suas mercadorias abaixo do preço de produção médio e auferir o lucro médio. Neste caso, capitais em piores condições terão dificuldades para sobreviver à concorrência; o resultado é seu perecimento e a centralização de capital. (MARX, 2008, p. 210).

Contudo, a relação entre oferta e demanda não determina os preços de produção, nem o valor médio. Trata-se apenas da relação entre quantidades de mercadorias e seus valores. A relação entre oferta e demanda faz com que o preço de mercado gire em torno do preço de produção que, por sua vez, iguala-se ao valor de mercado. (MARX, 2008, p. 210).

Com isso, busca-se demonstrar que a partir da análise sobre a determinação dos preços constante em Marx, é possível destacar a existência de uma relação de poder de determinação na lógica dos mercados das grandes empresas, daquelas que possuem tamanho suficiente para determinar as médias sobre as quais as outras devem se ajustar.

Para se formar a taxa geral de lucro, o que está em jogo não são apenas as diferentes taxas de lucro nos vários ramos, das quais se tiraria a média, mas o peso relativo com que essas diferentes taxas de lucro entram na formação da média. Isso porém depende da magnitude relativa do capital aplicado em cada esfera particular de produção ou da parte alíquota que o capital aplicado em cada ramo particular apresenta do capital total da sociedade. (MARX, 2008, p. 185).

2.3 Determinação de preços

A partir do exposto anteriormente, assume-se aqui que os capitais que possuem maior grau de monopólio (personificados na figura da empresa líder) têm maior poder para controlar mercados a partir do poder de determinar preço (*mark up*) no exercício da liderança; são os capitais individuais que acabam por definir a composição média e o valor médio em torno do qual outros capitais mais fracos devem se ajustar.

Kalecki (1977, p. 55) adverte que as empresas operam com capacidade ociosa. Isso significa que a oferta é elástica, diminuindo o poder das pequenas empresas ou

mais fracas tecnologicamente em lutar por sua sobrevivência, dado que os preços poderiam ser inferiores ao valor médio, definidos pelo valor individual das empresas líderes.

Afirmar que oferta é elástica significa que é possível elevar a produção para atender à demanda com pouco ou nenhum impacto sobre preços por pressões de demanda. Tomando-se como base Sylos-Labini (1980, p. 64-5), este demonstra que o motivo pelo qual um capital individual (empresa) escolhe por uma capacidade além da demanda é a proteção de sua posição de liderança frente à expansão de outros capitais na batalha de preços.

Embora possível, o caso em que a oferta é menor do que a demanda – o que permite a entrada de capitais menores e de tecnologia mais atrasada no mercado – parece pouco provável diante do movimento estratégico da empresa líder em procurar nunca deixar brechas para novos concorrentes.

A soberania da grande empresa é expressa quando se modificam as circunstâncias da relação entre oferta e demanda para todos aqueles envolvidos na disputa pelo valor; os capitais mais concentrados e centralizados estabelecem as condições de poder. Ter capacidade produtiva ociosa lhes garante controle sobre o mercado, bem como capacidade de determinar preço de *mark up* mesmo se a oferta for superior à demanda.

A escolha estratégica de operar com capacidade ociosa implica em que essas empresas possuem custo direto (custo com salários e matérias-primas) médio constante em proporção à produção, quando não decrescentes, tal como argumenta Kalecki (1978, p. 56). Portanto, não há sentido em se pensar o produto marginal decrescente. Em outras palavras, a grande empresa tem capacidade de aumentar sua produção no curto prazo e, por ser o custo direto relativamente estável às variações na produção (1978, p. 55-6), este não influencia diretamente o custo de produção ou influencia no sentido de sua diminuição pelo ganho de escala.

Para Kalecki (1978, p. 56), com os objetivos de manter, ou então ampliar, o volume de vendas e preservar sua margem de lucro, a empresa fixa preço levando em consideração os seguintes critérios: o preço individual fixado não pode ser demasiadamente elevado em relação ao de seus concorrentes, a fim de evitar queda abrupta no volume de vendas; também, para reter sua margem de lucro, é preciso que o preço individual não seja mais baixo do que a média do custo direto; a política de

fixação de preço está fortemente relacionada ao grau de monopólio que a empresa possui. (KALECKI, 1978, p. 55-57).

Kalecki distingue dois tipos de análise de determinação de preço para ramo específico da indústria, quais sejam: o caso geral diz respeito à situação em que empresas se diferem não apenas por seus custos diretos, mas especialmente por diferentes posições de graus de monopolização; e o caso especial, quando há o mesmo grau de monopólio para as empresas do ramo em questão (KALECKI, 1978, p. 58-59). Neste caso (equalização da posição de grau de monopolização entre as firmas), o preço médio individual (p) será determinado como um percentual (m) de *mark up* sobre o custo com salários e matérias-primas por unidade produzida (u), isto é, o custo direto unitário, somando-se a isso o preço médio geral praticado pelo ramo da indústria (p^*) multiplicado ainda por (n), que representa seu poder de colocar seu preço acima de seus concorrentes. A determinação de preços no caso especial está representada pela equação $p = m u + n p^*$.

Segundo Kalecki (1978, p. 57), os coeficientes (m) e (n) caracterizam a política de fixação de preço, bem como refletem o grau de monopolização da empresa. Já o termo (mu) representa o poder de *mark up* sobre o custo médio variável em porcentagem. Já (np^*) equivale ao poder de liderar a determinação do preço em dado mercado ou setor.

Para Kalecki (1978, p. 60), a principal causa de modificação do grau de monopolização é o processo de centralização industrial que, em grande parte, depende de seu tamanho, de quanto consegue, portanto, de crédito, o que determina sua capacidade de inovação à frente das outras. Na economia capitalista, o processo de centralização da indústria resulta em grandes corporações ou grupos econômicos.

As corporações – agrupamentos de diversas firmas sob o comando organizado, seja por propriedade, seja por contrato dentro da cadeia de valor – possuem influência sobre a formação de preço de seu ramo de atividade e, como líder representativo, por seu poder em determinar a composição média de capital, obrigam as outras empresas a ajustarem seus preços a partir de sua liderança.

A mesma lógica serve não apenas para grupos econômicos, mas também para firmas com expressiva participação no mercado, ou ainda, quando estas, enquanto firmas líderes, fixam o preço a ser seguido pelas empresas menores.

A constituição desses grandes conglomerados ou corporações pode advir do controle acionário; no entanto, o mais usual é ocorrerem por meio de contrato, ou

ainda, de forma tácita, que leva a um acordo mais ou menos formal, como é o caso da formação de cartéis, que, excetuando a possibilidade de entrada de novas empresas, sugere um modelo monopolístico completo, inclusive com o poder de decisão sobre o preço a ser fixado no setor.

Segundo Kalecki (1977, p. 61), também deve ser considerada a influência das modificações sobre os custos com salários e matérias-primas em relação aos custos fixos. Sobre como as firmas formam preços, se há um aumento relativo e significativo dos custos fixos, então, a margem de lucro dessa firma é comprimida.

No intuito de assegurar que o lucro não caia, a partir de um acordo implícito, a fim de assegurar que seus lucros não sofram diminuições, as empresas aumentarão a razão entre rendimentos e custos com salários e matérias-primas elevando seus preços, elevando o *mark up* (*m*).

Também a inserção de técnicas que aumentem a necessidade de intensidade em capital influencia para a não diminuição do lucro de empresas, mesmo quando há um aumento dos custos fixos – pois, para as firmas que ainda não detêm essa técnica, isso representa um aumento no custo unitário sobre o capital – aumentando o grau de monopólio das empresas detentoras da nova tecnologia, também proporcionando um *mark up* maior.

É interessante complementar que Kalecki aponta ainda que, em momentos de crise, as firmas líderes tendem a não reduzir preço em relação à queda sofrida pelos salários e matérias-primas, a fim de preservar suas margens de lucros.

O fator representando pela “proteção” dos lucros aparece com frequência durante períodos de depressão. A situação nessas ocasiões é a seguinte: o total dos rendimentos decresce na mesma proporção que os custos diretos se o grau de monopolização permanecer inalterado. Ao mesmo tempo, o total dos custos indiretos cai, nos períodos de depressão, menos que os custos diretos. Isso abre o caminho para o estabelecimento de acordos tácitos no sentido de não se reduzirem os preços na mesma proporção dos custos diretos. Conseqüentemente, surge uma tendência no sentido de o grau de monopolização subir na depressão, tendência essa que opera em sentido inverso na fase de prosperidade. (KALECKI, 1978, p. 61).

Além disso, como a oferta torna-se, nestes momentos, maior que a demanda, aumenta esse poder das empresas em elevar seu *mark up* e seus preços. Há, assim, uma tendência a um maior grau de monopolização em momentos não favoráveis do ciclo econômico. (KALECKI, 1978, p. 61). O autor traz ainda o elemento poder sobre

a decisão de fixar preços, poder econômico que permite às empresas garantirem seus lucros – e, portanto, manterem suas posições no sistema. (KALECKI, 1978, p. 60).

O poder de *mark up* das empresas maiores que produzem com escala mais elevada e tecnologia aprimorada é o que – em complemento à análise de Marx – permite que essas empresas, pelo mecanismo de preços, apropriem-se da mais-valia das empresas mais fracas ou mais atrasadas.

Essa apropriação pode se dar na cadeia de valor, no controle vertical do processo de produção, retirando mais-valia de fornecedores ou de empresas que estão na ponta do comércio. Cada setor da economia possui uma especificidade da qual se encontra o nó de controle na cadeia.

O controle também pode se dar horizontalmente, tal como exposto em Kalecki, em que empresas líderes permitem ou cedem a produção de determinados produtos para terceiros ou para empresas controladas.

CAPÍTULO 3

3.1 A grande corporação no centro da mundialização

A chamada “globalização” é uma nova roupagem retórica para descrever processos estruturais do capitalismo (GADELHA, 1997, p. 58). Mundialização é o processo de expansão do capital sobre os espaços relevantes de acumulação no mundo. (SAWAYA, 2006).

A acumulação primitiva marcou o período mercantilista. Estava baseada na força, servidão e violência. Nesse período, foi criada a primeira transnacional do mundo, a Companhia das Índias – com características comuns de grandes oligopólios. Desde aquela época, o poder da Companhia permitia aos ingleses determinar preços e estabelecer contratos vantajosos sobre os novos espaços mundiais de acumulação a serem explorados, como por exemplo, Índia e Hong Kong.

O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio [...] eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital. A Holanda, que pela primeira vez, desenvolveu plenamente o sistema colonial atingira, em 1648, o apogeu de sua grandeza comercial. (MARX, 2009, p. 867).

Ainda, a centralização pode ser relativa, quando engloba um número relativamente grande de empresas com algumas outras, ou mesmo uma concentração absoluta, quando há um pequeno número de empresas dominantes. Uma maior escala de produção, assim como a tecnologia básica, implica em um tipo de centralização de superioridade absoluta, pois independe do nível relativo de salários e lucros. Também, implica em menor quantidade de mão de obra utilizada por unidade de produto. Maiores escalas e maiores mercados estão associados a maiores rendas.

Na indústria moderna, raramente resulta uma competição “entre muitos”, mas, via de regra, trata-se de uma competição “entre poucos”. É o que se chama de concorrência oligopolista internacional.

Atualmente, o poder econômico é exercido por grandes corporações que unificam os interesses da indústria e do sistema financeiro. Por seu tamanho e poder,

conseguem influenciar o poder político em uma aliança entre capital e Estado, que, muitas vezes, representa mais os interesses privados destas grandes empresas.

O poder econômico, entretanto, desde o processo de globalização da década de 1980, tem se configurado com maior visibilidade em escala global. Cada vez mais têm aumentado as desigualdades produtivas dos países do centro do sistema econômico em relação à periferia.

Com os fluxos comercial, financeiro e de investimentos diretos estrangeiros que circularam entre as economias de todo o mundo a partir da globalização, coube à periferia, principalmente na América Latina, solidificar seu espaço de terceirização para a produção de grandes empresas transnacionais, os capitais mais fortes, em continuidade ao processo de estruturação industrial iniciado nos anos 50, quando as grandes corporações transnacionais ocuparam os espaços relevantes na estrutura produtiva dessa periferia. (SAWAYA, 2006).

A forma de controle via terceirização se fortalece no processo de inserção internacional da periferia nos anos 1980. Trata-se da forma mais moderna de controle sobre a estrutura produtiva nas mãos das grandes corporações nas sociedades contemporâneas, inclusive nas economias centrais e não só na periferia dependente.

3.2 Monopólio e propriedade do capital

Um dos enfoques possíveis para analisar o principal modo de organização e estruturação das maiores corporações mundiais, como oligopólios mundiais, conceito cunhado por Chesnais (1996), é que estas determinam a estrutura global de oferta, e as formas de rivalidade em que se situam essas grandes corporações atuando no espaço global.

Esse espaço forma-se sobre a base da expansão mundial dos grandes grupos, de seus investimentos cruzados intratriádicos e da concentração internacional resultante das aquisições e fusões que efetuam para esse fim. É delimitado por um tipo peculiar de relação de interdependência, que ligam o pequeno número de grandes grupos que chegam a adquirir e manter uma posição de concorrente efetivo a nível mundial, em determinada indústria. Aí tem a concorrência ferina e também a colaboração. Ao espaço pertencem essencialmente os países da Tríade [EUA, Europa e Japão], pois as relações constitutivas do oligopólio são por si mesmas, de modo intrínseco, um importante fator de barreira de entrada (CHESNAIS, 1996, p. 36-37).

A partir da constituição dos oligopólios mundiais, Chesnais (1996) descreve o movimento de internacionalização do grande capital. Isto é, quando este se expande para lugares com nova possibilidade de acumulação ou, então, aprofunda sua presença em espaços já pré-estabelecidos.

Baran e Sweezy já apontavam para a prevalência e importância do capital monopolista como agente do processo de acumulação e internacionalização nos anos 1960-70.

[...] a típica unidade de produção desenvolvida no capitalismo moderno é a corporação gigante, que, além de dominar indústrias específicas, é um conglomerado (pois opera em diversas indústrias) e multinacional (pois opera em diversos países). (BARAN; SWEEZY, 1972, p.8).

Foster et al. (2011) utilizam o termo “monopólio” em alusão a firmas que possuem poder de mercado suficiente para influenciar o preço, produção e nível de investimento em determinada indústria – e, portanto, exercem poder de monopólio –, ao mesmo tempo em que são capazes de limitar a entrada de novos capitais concorrentes, ainda que existam altos lucros. Essas firmas geralmente operam em mercados oligopolizados, em que poucas firmas dominam a produção e podem determinar o preço do produto.

Segundo Foster et al. (2011, p. 2), a tendência à monopolização da economia capitalista foi fortalecida como nunca nas primeiras décadas do século XXI e, nos últimos 30 anos, constata-se a evolução do capital monopolista em um sistema ainda mais generalizado e globalizado, comandado pelas economias avançadas.

Esse processo que ora se fortalece e talvez atinja seu ápice faz parte da própria lógica expansiva do capitalismo desde sua origem. A sociedade anônima como forma de controle sobre a propriedade marca a forma inicial da constituição dessas grandes corporações que ocupam os espaços no mundo. O advento do sistema fabril e a revolução das empresas de sociedade anônima (BERLE; MEANS, 1987) no século XIX permitiram a superação de novos limites geográficos, ampliando o alcance da atuação das grandes empresas. A sociedade anônima, além de ser uma forma da estrutura legal, também criava uma nova forma de organização da propriedade.

O sistema acionário permitiu separar controle e propriedade da empresa. O controle prevaleceu nas mãos de acionistas majoritários, exceto em alguns casos, e na forma atual são representados por grandes fundos financeiros globais.

As sociedades anônimas representam a manutenção da propriedade. Na primeira forma de organização da propriedade, era essencialmente de caráter individual e pessoal, ao passo que, na sociedade anônima, a riqueza está pulverizada, mas sob o controle unificado e centralizado, principalmente em grandes bancos e fundos.

A revolução destacada por Berle e Means (1987) ocorreu com a ruptura da unidade entre propriedade nominal e poder da propriedade, desdobrando-se três possíveis tipos de controle, a saber: o majoritário, minoritário e administrativo.

Há reestruturação do estatuto da propriedade: os CEOs, diretores executivos, encarregam-se das operações da empresa, e os acionistas se apropriam de parte da propriedade e do excedente criado. Se anteriormente o proprietário tradicional utilizava e controlava a propriedade como bem entendesse e usufruía de seus benefícios, agora não é mais o interesse individual que move a estratégia da corporação. Assim, a revolução das sociedades anônimas rompeu com as antigas relações de propriedade pautadas na ideia do capitalista individual. A corporação passou a ser administrada por um executivo contratado, o CEO, que se tornou funcionário dos acionistas, principalmente de fundos em bancos. O capital individual se despersionifica.

A centralização de capital toma a forma de compra de controle acionário por poucos fundos financeiros que ganham poder para controlar quase toda a economia. Essa nova forma de propriedade encarnada na sociedade anônima dissocia propriedade nominal e poder econômico.

A revolução da sociedade anônima mudou tudo isso criando centros de poder econômico numa escala nunca vista. Na maioria das vezes, a concorrência não se dá mais entre muitos. E a concorrência entre poucos é fenômeno radicalmente diferente, como E. H. Chamberlin, nos Estados Unidos, e Joan Robinson, na Inglaterra afirmavam em 1933 [...] (BERLE; MEANS, 1987, p. 23).

3.3 Mundialização e neoliberalismo

A partir do arranjo institucional de Bretton Woods, as corporações multinacionais deslocaram suas estruturas produtivas mundo afora como forma de aumentar seu controle sobre mercados e espaços em um processo de concentração global de capital. (SAWAYA, 2006). Este processo, além de acirrar a competição

mundial entre capitais individuais, estimula a concentração e centralização de capital de forma generalizada. O poder dessas corporações se manifestava em uma nova competição global que se dava de diversas formas.

Assumir que o oligopólio era a estrutura comum da economia é assumir o poder enquanto aquele que um monopolista exercia em muitos, senão na maioria dos mercados. Os preços não eram mais uma força impessoal, mas poder e rivalidade não poderiam mais ser excluídos da análise econômica. O oligopólio não apenas conduz a competição global, mas também ao mundo monopolista. (GALBRAITH, 1982, p. 44).

O fenômeno da mundialização representa uma nova fase da configuração do capitalismo mundial e das formas de mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação a partir dos anos 1980. São preservadas características do imperialismo clássico e do período fordista, como a extrema concentração e centralização do capital e a interpenetração da finança na indústria. O processo mundializado de acumulação de capital resulta em novas formas de centralização. Também, é a época do *administrador anônimo*, que gere fundos mútuos e de pensão e personifica o capitalismo do final do século XX. (CHESNAIS, 1996, p.14-15).

Essa mundialização do capital traduz a substância do termo globalização, mas também expressa a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira, de adotar enfoque e conduta globais. [...]. A liberalização e a desregulamentação levaram à abertura dos mercados nacionais. (CHESNAIS, 1996, p. 17).

A mundialização ganha força nos anos 1980 a partir do advento das políticas neoliberais defendidas pelo Consenso de Washington. Essas políticas não impactam apenas a periferia do sistema, mas incluem os países centrais. Trata-se do resultado de pressões dos próprios capitais individuais em resposta às suas necessidades de reorganização estrutural produtiva global.

Ligar o termo “mundialização” ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente a partir de 1979 e cuja imposição foi depois continuamente ampliada, o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, os países e camadas sociais que têm interesse para ele. (CHESNAIS, 1996, p.18).

Segundo Chesnais (2016, p. 134), o processo de acumulação mundializado consiste em, primeiramente, os capitalistas exportarem capital na forma de

investimento direto estrangeiro (IDE), capital que foi acumulado e centralizado para novos espaços de acumulação, especialmente para países da periferia que estimulam a entrada de capital externo.

Uma vez escolhido o local de instalação de sua planta produtiva, é necessário planejar o processo de produção. Assim, os capitalistas compram a mão de obra disponível, normalmente a um salário relativamente baixo se comparado àquele pago em seu local de origem, adquirem matérias-primas e insumos, estabelecem a fonte energética necessária e, finalmente, importam máquinas e equipamentos de países que detêm nível tecnológico superior às economias que ocuparam.

Com a produção realizada, é preciso vender a mercadoria, seja no lugar em que foi produzida, seja no mercado internacional. Realizado o salto da mercadoria, a mais-valia criada é repatriada, integral ou parcialmente, para o país de origem na forma de lucros e dividendos. O fato é que as empresas transacionais se apropriam da mais-valia produzida para além de sua produção intramuros.

Se a internacionalização do capital é a etapa em que o processo de produção e a apropriação de mais-valia são realizados para além dos espaços de origem dos capitalistas, desde os anos 1970, quando a concentração e a centralização de capital são expressivas, o oligopólio mundial é a forma geral das estruturas de mercado contemporânea e caracteriza-se, em escala mundial, tanto pela maneira específica de competição quanto – tal como sustenta Chesnais (2016, p. 133) – pelo poder de monopólio coletivo que as grandes empresas possuem.

Segundo este autor, “a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas” (CHESNAIS, 1996, p. 32). Nesse contexto, destaca-se a formação de um grande oligopólio mundial, isto é, quando oligopólios locais tornam-se oligopólios mundiais ainda mais poderosos. Estados Unidos, Alemanha e Japão são os três países que conduzem esse processo.

A questão geográfica é enfatizada, pois se trata de deslocamento da massa de capitais – oriundos, sobretudo, das economias centrais – para novos espaços de acumulação ou, então, da intensificação em territórios mercantis já ocupados. O deslocamento de recursos revela-se essencialmente de maneira unilateral, de países centrais para áreas periféricas, entretanto, promissoras para os capitais que migram para novos espaços de acumulação. Como resultado, acentuam-se os processos de

concentração e centralização pela necessidade crescente de expansão e valorização do capital em escala mundial.

O avanço da ideologia neoliberal, sob a égide dos governos de Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989, e de Margareth Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre o período 1979 a 1990, garantiu o aparato institucional e político para esse movimento do capital.

O neoliberalismo passou, então, a ser fortemente recomendado também aos países da periferia do sistema capitalista. Realizado em 1989, o Consenso de Washington, que reuniu funcionários do alto escalão do governo norte-americano e dirigentes das maiores instituições originárias do Acordo de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, reforçou e deu corpo teórico a essa nova fase do movimento do capital no mundo. No encontro, fortaleceu-se a hipótese de que as economias subdesenvolvidas somente conseguiriam superar tal condição se adotassem as orientações proferidas pelo viés liberalizante.

A prática de políticas de liberalização e desregulamentação dos mercados resultou em novo formato ainda mais complexo de integração entre as economias capitalistas e, devido também ao avanço das tecnologias de informação e comunicação, agora em tempo real. Foi assim, encantado pelo canto da sereia, que o Brasil resolveu submeter-se à estratégia global das grandes empresas, adaptando-se para receber o influxo de capitais estrangeiros outrora centralizados.

Deste modo, foi aberto o espaço mundial para atuação dos grandes grupos em sua estratégia global; podem integrar áreas que atendam a seus interesses ou excluí-las quando não se mostrarem atrativas. Considerando-se a estratégia integradora, há um duplo movimento, qual seja, de polarização ou convergência. A polarização pode ser: interna, quando se acentuam as desigualdades sociais da economia integrada ao movimento do capital; ou externa, quando no âmbito internacional sobressaem as desigualdades entre oligopólio mundial e a periferia. (CHESNAIS, 1996, p. 37).

A mundialização é a passagem do oligopólio doméstico para o oligopólio mundial, atualmente ainda mais influente, complexo, integrado e com maior pujança. Segundo Chesnais, os grupos econômicos são “suportes operacionais das diversas relações técnicas, financeiras, comerciais, produtivas e organizacionais que movimentam o capital no mundo”. (CHESNAIS, 1996, p. 194).

A forma pela qual as multinacionais se organizam no mundo como oligopólios globais abre espaço de “rivalidade industrial” em âmbito global, seja via concorrência

entre capitais, seja via colaboração entre grupos. Na era dos oligopólios mundiais, cresce a importância do investimento estrangeiro direto e dos fluxos internacionais comerciais, produtivos e financeiros, que ocorrem principalmente intracorporações.

Chesnais já alertava para a nova forma de organização e gerenciamento empresarial – que assume gradativamente a lógica de rede (empresa-rede) – que constitui as grandes corporações. A relação de controle entre as empresas não está mais centrada apenas na propriedade, tal como ocorria com o fortalecimento das Sociedades Anônimas. As empresas estão conectadas hierarquicamente por contratos. Essa forma, também chamada de terceirização, regula as relações horizontais e verticais das corporações estrategicamente no mundo.

A concorrência mundial ocorre entre as empresas-rede, nova forma de capital oligopolizado. Atuam em mercados cada vez mais interdependentes e integrados, uma vez que dominam, por diversas firmas, as cadeias de troca. Com isso, conseguem se beneficiar de vantagens dadas pelas diferenças geográficas, salariais, legais, fiscais, alfandegárias, entre outras de cada grupo econômico.

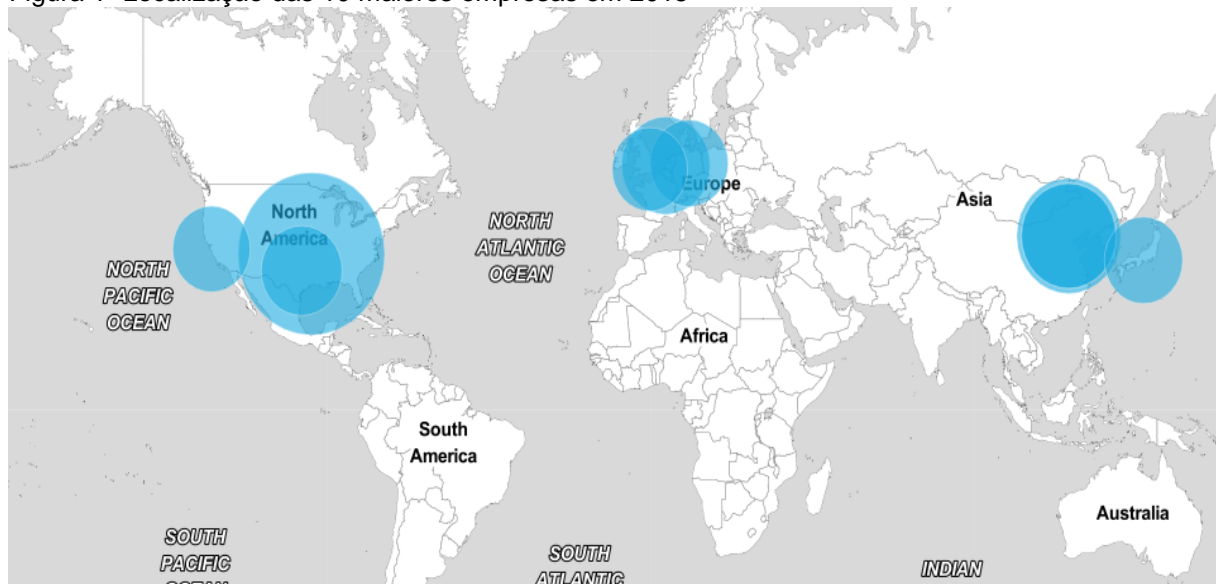
A mundialização não foi um processo de expansão do capital no mundo como ocorreu entre os anos 1950 e 1970. Foi uma forma de reestruturação mundial do capital que fortaleceu as grandes corporações e seu poder no mundo. Pode-se afirmar que esse processo caracteriza-se pela centralização global do capital (SAWAYA, 2006) e não pela maior distribuição e ocupação dos espaços globais, mas pelo fortalecimento dos espaços centrais.

3.4 Indicadores internacionais

Em 2006, as 500 maiores corporações globais com operações nos Estados Unidos e no Canadá representavam uma receita igual a 35% do PIB mundial. Comparado ao ano de 2012, houve um crescimento de receita de 5%, atualmente equivalente a 40% do PIB mundial. Deve-se lembrar que quando os 500 maiores acionistas do mundo possuem de 35 a 40% das ações das empresas, eles podem ser considerados com poder para controlar suas operações. Embora a analogia não seja perfeita, não pode haver dúvida de que cada vez mais as gigantes corporações representam o controle de interesse na economia mundial. (FOSTER et al. 2012, p.10).

A figura a seguir mostra o resultado desse processo de centralização global com o fortalecimento dos centros.

Figura 1- Localização das 10 maiores empresas em 2015



Fonte: Fortune Global 500 (2017).

A origem dos capitais mais poderosos da economia mundial continua centrada no hemisfério norte. Na Europa, Holanda (Shell), Alemanha (Volkswagen) e Inglaterra (BP) sediam as maiores empresas do continente. Na Ásia, embora a relevância do Japão persista (a Toyota é a oitava maior empresa do mundo), o avanço da economia chinesa coloca Pequim, capital da República Popular da China, no mapa das grandes corporações. A expressiva relevância dos Estados Unidos se mantém, figurando como o país-sede do maior número de grandes empresas no mundo, como a Exxon Mobil e Apple, sendo a maior delas a norte-americana Wal-Mart.

Tabela 1- Comparação entre faturamentos das 10 maiores empresas e PIB das 10 maiores economias em 2015 (US\$M)

	Empresa	País de origem do capital	Receita	País	PIB
1º	Walmart	Estados Unidos	482.130	Estados Unidos	18.036.648
2º	State Grid	China	329.601	China	11.064.665
3º	China National Petroleum	China	299.271	Japão	4.383.076
4º	Sinopec Group	China	294.344	Alemanha	3.363.447
5º	Royal Dutch Shell	Holanda	272.156	Reino Unido	2.861.091
6º	Exxon Mobil	Estados Unidos	246.204	França	2.418.836
7º	Volkswagen	Alemanha	236.600	Índia	2.088.841
8º	Toyota Motor	Japão	236.592	Itália	1.821.497
9º	Apple	Estados Unidos	233.715	Brasil	1.803.653
10º	British Petrol BP	Inglaterra	225.982	Canadá	1.552.808

Fonte: Dados de Fortune Global 500 (2017) e Banco Mundial (2017). Elaboração própria.

A tabela acima mostra que, em 2015, as dez maiores empresas do mundo tiveram um faturamento total de US\$ 2,8 trilhões. Segundo relatório publicado pela Oxfam (2017, p. 3), esse montante é superior à receita total dos governos de 180 países. A comparação com o produto interno de países também pode auxiliar a dimensionar o tamanho dessas grandes corporações. O Banco Mundial (2017) calcula o Produto Interno Bruto de economias de 199 países e, em 2015, o PIB do Reino Unido foi de US\$ 2,8 trilhões. Portanto, as dez maiores grandes corporações em 2015 tiveram faturamento total equivalente ao produto gerado pela quinta maior economia do mundo e superior a economias como França, Índia e Brasil.

O valor líquido das aquisições envolvendo as 500 maiores firmas com operação nos EUA e no Canadá aumentou em mais de dez vezes se se comparar enquanto um percentual da renda mundial do início dos anos 1970 a 2008. (FOSTER et al., 2011)

Ao longo dos últimos 40 anos, foram 2.219 megafusões transfronteiriças² superiores a US\$ 1 bilhão cada, somando um valor total de US\$ 7,2 trilhões, na maioria das vezes, envolvendo países centrais. Em 2008, embora sob o ponto de vista do valor, as fusões e aquisições tenham caído, aumentou expressivamente a quantidade de operações, demonstrando a tenência crescente no número de fusões e aquisições. (NOLAN; ZHANG, 2010, p. 228).

Em 2007, pouco antes da crise financeira de 2008, as fusões e aquisições mundiais atingiram o recorde de US\$ 4,38 trilhões, um aumento de 21% em relação ao ano anterior. O resultado de longo prazo desse processo é uma elevação da concentração e centralização de capital em escala mundial. (FOSTER et al. 2011, p. 8).

Segundo a edição de 2015 do *World Investment Report*, publicação anual da United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2015), que analisa ao longo dos anos as tendências do investimento direto estrangeiro no mundo, este atingiu cerca de US\$ 1,2 trilhões em 2014.

Tabela 2 - Indicadores selecionados de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e produção internacional (US\$ bilhões a preços correntes)

	1990	2005-2007 (média pré-crise)	2012	2013	2014
Fluxo de IDE	449	2.820	2.687	2.773	2.582

² A denominação “transfronteiriças” refere-se às operações de empresas de capital estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresas estabelecidas no Brasil ou no exterior; empresa de capital nacional adquirindo, de estrangeiros, capital de empresas estabelecidas no Brasil ou no exterior; e, finalmente, empresa de capital estrangeiro adquirindo, de estrangeiros, capital de empresas no Brasil.

Estoque de IDE	4.452	27.747	44.600	52.010	51.914
Fusões e aquisições estrangeiras	98	729	328	313	399
Faturamento das filiais estrangeiras	4.723	21.469	31.687	33.775	36.356
Total de ativos das filiais estrangeiras	3.893	42.179	88.536	95.230	102.040
PIB	22.327	51.799	73.457	75.453	77.283
Investimentos	5.592	12.219	17.650	18.279	18.784
Receita de <i>royalties</i>	31	172	277	298	310
Exportações	4.332	14.927	22.407	23.063	23.409

Fonte: UNCTAD (2015).

O resultado foi a forma de inserção das economias periféricas que aderiram a esse movimento do capital de modo subordinado e não administrado, principalmente na América Latina. O crescimento do IDE no mundo não reflete as diferenças entre essas economias e aquelas que, por outros caminhos e estratégias, como por exemplo, a China, beneficiaram-se desse novo momento de reestruturação do capital (cf. SAWAYA, 2009). Dos dez maiores países receptores de IDE, cinco estão localizados na periferia do sistema. A massa de capital que adentrou nesses países na forma de IDE foi de aproximadamente US\$ 680 bilhões. Já em relação às economias centrais, os Estados Unidos sofreram com a retração dos investimentos, o que contribuiu para a fraca entrada de IDE nos países desenvolvidos, em torno de US\$ 500 bilhões, uma queda de 28% em relação ao ano anterior.

Está assim posta a lógica da liberalização. Bastaria, [...] realizar as políticas para atrair o grande capital na visão deles [FHC; Franco] “transnacional” e “sem pátria”, que vive solto pelo mundo em busca de oportunidades, para a economia brasileira, que estariam dadas as condições para sua integração no mundo desenvolvido e para o rompimento da condição de periferia (SAWAYA, 2006, p. 206).

Os centros de decisão do capital multinacional estão fora da periferia. A estratégia mundial, tomada como estratégia global das empresas, é o resultado de decisões políticas e econômicas cada vez mais concentradas em alguns oligopólios e bancos, apoiadas por governos nacionais. (FIORI, 1995 apud SAWAYA, 2006, p. 206).

A adoção de uma estratégia liberalizante como projeto nacional desenhou as condições favoráveis para o fortalecimento do capital centralizado, bem como garantiu a liberdade de movimento dos capitais com a desregulamentação, além de sustentar a abertura da economia enquanto instrumento de superação da condição periférica.

CAPÍTULO 4

4.1 Centralização de capital no Brasil

No contexto externo, foi verificado no capítulo anterior como o movimento do capital, a partir dos países centrais, ocupa os espaços na periferia, bem como as características do processo de mundialização de capital na década de 1990, que marca uma reestruturação do capital em âmbito global, elevando agora para uma nova escala, a centralização de capital.

O Brasil, que já havia se industrializado com capital transnacional em seu período de expansão, entre 1950 e 1970, ao realizar a abertura econômica da década de 1990, por meio de uma série de políticas liberalizantes, provoca uma ampla modificação em sua estrutura produtiva a partir da reestruturação mundial das grandes corporações, o que implica, de uma parte, novas ondas de centralização interna de capital e, de outra, desindustrialização ou perda da estrutura industrial que havia sido constituída com o próprio capital transnacional (SAWAYA, 2006).

Assim, observa-se nesta nova fase do movimento do capital no mundo uma evolução das fusões e aquisições no Brasil nas últimas décadas. É possível constatar que o fenômeno da centralização tem se acentuado gradativamente.

O objetivo principal deste capítulo é ilustrar o modo como o processo de centralização de capital se desenvolveu na economia brasileira, especificamente na forma de fusões e aquisições e no fortalecimento de grandes empresas. A análise foca o período pós-estabilização de preços, iniciado na segunda metade da década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), desdobrando-se ao longo dos mandatos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

4.2 A década neoliberal: 1990

A década de 90 foi marcada pelo abandono definitivo do modelo de substituição de importações, ou seja, o abandono da política de expansão prioritária da capacidade produtiva nacional. A opção passou a ser a inserção da economia brasileira no processo das reformas neoliberais.

A economia brasileira, a partir de 1990, caracterizou-se por um processo de abertura comercial que representou uma transformação no modelo de substituição de importações até então vigente. A ampliação do movimento internacional de fusões e aquisições implicou um forte processo de privatização e o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros no país. (LACERDA, 2000, p. 7)

Diversos autores apontam a década de 90 como o período em que os contornos das políticas de liberalização ganharam maior definição. Segundo Batista (1994, p. 27, p. 6), “com Collor é que se produziria a adesão do Brasil aos postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington” e durante seu governo foram “fielmente encampadas” as reformas comerciais e liberalizantes propostas pelo Banco Mundial.

De acordo com Lacerda (1999, p. 106-107), as bases iniciais da nova política industrial foram publicadas em março de 1990, pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no documento Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 158. Após três meses, a proposta inicial foi detalhada nas Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). Consoante esse documento, o objetivo central da nova política industrial era o aumento da eficiência na produção e comercialização por meio da modernização e reestruturação da indústria. As políticas implementadas a fim de atingir este objetivo foram: redução da proteção tarifária, reestruturação competitiva da indústria, exposição da indústria à competição internacional e, finalmente, capacitação tecnológica da empresa nacional.

A reestruturação da produção foi o ajuste realizado em meio ao contexto da abertura comercial e tem como características a concentração em linhas de produtos competitivos, a redução da diversificação da produção e a terceirização do trabalho. A terceirização pode ser entendida como o processo em que uma empresa contrata serviços ou parte do processo produtivo – realizados outrora internamente – de outra empresa. Como consequência, agravou-se a precarização do trabalho (CHESNAIS, 1996; LACERDA, 1999), seja pelo barateamento da mão de obra, já que os salários pagos por terceirizadas tende a ser relativamente menor aos das transnacionais, seja por criar maior margem de manobra para as empresas driblarem a legislação trabalhista, evitando pagar direitos trabalhistas e obrigações previdenciárias.

Os investimentos realizados foram direcionados a processos de adaptação ao novo cenário e não à expansão da capacidade produtiva industrial, o que levou ao fenômeno da desverticalização ou especialização brasileira (LACERDA, 2000). Ainda

de acordo com este autor, o fechamento de atividades desenvolvidas em plantas fabris e linhas produtivas – em detrimento do aumento das importações, sobretudo nos setores intensivos em tecnologia – foi na corrente oposta ao movimento das transformações globais, caracterizadas por integração vertical da produção à escala mundial.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) também desempenhou papel fundamental na nova política industrial, delimitando um modelo de desenvolvimento com base na competitividade e na produtividade. O financiamento a grandes indústrias estava, portanto, atrelado a fatores de produtividades, deixando evidente que o foco da nova política industrial incidia na questão da competitividade (COUTINHO, 2017). Apesar disso, o que caracteriza a ação do BNDES na década de 1990 é o financiamento ao programa nacional de desestatização.

Considerando a participação dos ramos de atividade no valor total desembolsado (BNDES, 2017), entre 1995 a 2002, a Indústria de Transformação diminuiu sua participação em 10%, passando a receber 46% ao final do período.

O ramo de Comércio e Serviços ganhou força praticamente na mesma proporção em que a Indústria de Transformação caiu, ou seja, de 41,5% para 32,5%. Os ramos da Agropecuária e Indústria Extrativista mantiveram-se estáveis, com participação de cerca de 10% e 1%, respectivamente, em relação ao total dos desembolsos do BNDES.

Responsável pelo financiamento das privatizações durante a era FHC, o BNDES direcionou recursos principalmente aos setores de Eletricidade e Gás e de Telecomunicações. A postura liberalizante pode ser apreendida no trecho a seguir, pronunciado por Pêrsio Arida, presidente do BNDES entre 1993 e 1995 (e que, posteriormente, viria a ser sócio do grupo BTG Pactual, notável por sua participação na globalização privatizante e ativo na consolidação de vários setores industriais nos anos 2000, inclusive e, novamente, com apoio de financiamento público):

Hoje não mais se avalia um projeto pela ótica da substituição de importações e da busca autárquica da autossuficiência. No BNDES já se firmou que o critério decisivo é sempre o da competitividade no contexto da economia aberta e exposta à concorrência internacional [...]. Iniciamos em 1993 o desenho do banco de desenvolvimento que melhor pode servir ao país no contexto de uma economia estabilizada e aberta. Parte integrante deste desafio tem sido a busca constante de aprimoramento da qualidade de gestão no interior da nossa própria casa. A coisa pública deve ser gerida com os mesmos princípios de eficiência que valem para o setor privado. (ARIDA, 1993, p. 4).

Ainda no governo Collor, especificamente em 1992, foi lançado pelo BNDES o Programa de Reestruturação e Racionalização Empresarial, com o objetivo de fomentar fusões e aquisições entre as empresas (COUTINHO, 2017); além do lançamento do Programa Nacional de Desestatização, que ampliou a participação de capitais privados em diversos setores anteriormente estatais e redefiniu o papel do Estado, afastando-o da produção. Como resultado, observou-se a supremacia crescente do mercado privado e financeiro sobre o setor público (COUTINHO, 2017).

Para Sawaya (2006, p. 204), ao ampliar a participação de capitais privados e diminuir o papel econômico ativo do Estado nacional, as decisões estratégicas passam a ser privilégio das grandes corporações, principalmente as transnacionais, que historicamente ocupam um espaço relevante na estrutura produtiva brasileira, principalmente nos segmentos de bens duráveis de tecnologia.

Sawaya (2006, p. 209) complementa asseverando que, com o processo de abertura e liberalização, as empresas nacionais enfrentaram dificuldades. Como a estratégia de produção das grandes corporações transnacionais, a partir da década de 1980, é determinada em âmbito mundial, ela é definida pelas matrizes centrais.

Assim, abre-se a possibilidade de não escolherem mais fornecedores nacionais, tal como era obrigatório até a década de 1980, substituindo-se, segundo sua estratégia mundial, fornecedores nacionais por empresas localizadas em outros países. Isso evidentemente relaciona-se com o processo de centralização vertical que ocorre mundialmente com as corporações que conseguem controlar a cadeia de valor global de sua atividade.

O crescente movimento internacional de fusões e aquisições, alinhado à estratégia neoliberal no Brasil, em grande parte fundada no processo de privatização e na tentativa de atração de investimentos diretos estrangeiros – IDE, elevou a participação do capital estrangeiro em setores anteriormente nacionais e estratégicos. A abertura comercial os liberou não para produzir no país, como no período de substituição de importações, e, assim, construir e fortalecer uma cadeia nacional de fornecedores. A privatização incentivou a nova onda de IDE tipicamente fundada em aquisições de empresas estatais nacionais, envolvendo pouco investimento de fato em aumento do estoque de capital.

Aprofundou-se a transferência do processo de tomada de decisões para o exterior, para a grande corporação transnacional. Adicionalmente, resultou na fragilização da capacidade do Estado em formular e executar políticas, bem como

agravou a vulnerabilidade externa da economia brasileira, na medida em que essas grandes empresas transnacionais elevaram os fluxos de remessa de recursos para o exterior. (GONÇALVES, 1998, p. 193).

Os primeiros três anos da década de 1990, sob a égide da orientação política neoliberal, correspondem ao início do processo de abertura da economia. Neste período, os setores estratégicos de Produtos Químicos e Petroquímicos, Metalurgia e Siderurgia foram os que mais realizaram operações de centralização sob a forma de fusões e aquisições. Segundo a pesquisa elaborada pela área Corporate Finance da KMPG, foram realizadas 22 e 24 operações para cada setor, respectivamente (2000, p. 3).

Já no governo FHC, o capital nacional perde ainda mais posições em relação ao capital transnacional na economia doméstica. Por exemplo, há o enfraquecimento da presença do capital nacional em ao menos 13 de 21 setores, segundo Gonçalves (1998).

Dada a forma como foi constituída a estrutura industrial brasileira desde sua origem, o capital nacional já ocupava a condição de sócio menor do capital transnacional desde o Plano de Metas. Era, à época, a perna mais frágil e dependente na implementação do tripé econômico. As pernas mais fortes estavam com o capital transnacional, detentor de tecnologia, e com as empresas estatais fundadas nos setores básicos. Nesse novo movimento de abertura da década de 1990, uma parte das empresas nacionais é comprada ou simplesmente eliminada por grupos transnacionais.

Esse tipo de processo de desnacionalização é inusitado na história da economia brasileira, pois envolve o enfraquecimento generalizado dos blocos capitais de nacionais. Ademais, a economia brasileira sofre um movimento de concentração de capital, em que é crescente a importância dos grupos estrangeiros. (SAWAYA, 2006. p. 137).

Esse movimento de centralização e desnacionalização parece estar relacionado ao fluxo de IDE. O Brasil manteve elevada participação no fluxo mundial de IDE (17,5%), o que, a partir da privatização e liberalização, acaba como uma elevação no aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Se comparado a outros países latino-americanos, o país recebeu em 1998 cerca de metade do investimento externo direcionado à região. (LAPLANE, 2000, p. 69). A tabela a seguir demonstra a participação importante na década de 1990 do IDE no

processo de centralização de capital no Brasil. Mostra também a importância do IDE nas fusões e aquisições no mundo. Pode-se notar que o processo de mundialização de capital foi caracterizado por um movimento de centralização global do capital que investe principalmente em fusões e aquisições. O Brasil, com sua política de liberalização e privatização na década de 1990, atrai essa forma de IDE, que acaba por promover uma transformação estrutural em sua economia.

Tabela 3 - Participação do investimento em fusões e aquisições no IDE (%)

País/período	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Mundo	74	77,5	72,1	76,5	73,6	84,5
Países centrais	73,1	88,2	80,8	88,3	85,5	101,6
Países periféricos	61,8	60,3	49,7	61,6	55,4	40,8
América Latina	68,3	47,2	34,5	48,2	64,2	55,6
Brasil	94,7	52,2	46,7	44,5	67,0	85,7

Fonte: Laplane (2000)

Durante a década de 1990 houve crescimento acumulado de 134% no número de transações de fusões e aquisições, com intensificação da presença do capital transnacional no Brasil (LAPLANE, 2000, p. 70). Também, o volume de transações envolvendo capital estrangeiro no país, por meio de fusões e aquisições, cresceu mais de 44% ao longo da década de 1990. Foram realizadas durante o período cerca de 2,3 mil fusões e aquisições, sendo que 61% envolviam recursos provenientes do exterior (LAPLANE, 2000, p. 70).

A mudança de natureza das inversões diretas, com predominância de fusões e aquisições de empresas, iniciou-se nos Estados Unidos na década de 80. Estenderam-se aos demais países nos anos 90, acompanhada de uma grande expansão do investimento de portfólio e da formação de megacorporações. Esta aceleração da centralização de capital, apoiada na valorização das Bolsas, ocorreu com maior intensidade na segunda metade dos anos 90. Trata-se, essencialmente, de um movimento de natureza patrimonial que deu lugar a dois processos simultâneos: a fusão de empresas, com fechamento de plantas no centro industrializado, e a concomitante deslocalização para a periferia dinâmica. (BELLUZO; CARNEIRO, 1993, p. 43).

De 1993 a 2000, os Estados Unidos foram o país com maior participação acumulada em fusões e aquisições no Brasil, representando cerca de 30%. Em seguida, ganham destaques os capitais de origem francesa, portuguesa e espanhola. O crescimento médio geral dessas operações, incluindo-se as domésticas e transfronteiriças, foi de 13% ao ano para o mesmo período. (KMPG, 2000, p. 3).

Nota-se que o ingresso de IDE no Brasil foi relativamente estável durante as décadas de 1970 e 1980, até o início dos anos 1990: em média, o país recebia 1,6 bilhão de dólares ao ano. Os anos 1990, mais precisamente a partir da segunda metade da década, representaram o divisor de águas no que se refere à internacionalização da economia brasileira, pois é a partir deste momento que o investimento direto estrangeiro ganha força na economia nacional. De 1995 até 2002, isto é, durante o governo FHC, ingressaram, em média, 19,8 bilhões de dólares ao ano. O ápice foi registrado em 1999, quando se atingiu aproximadamente 30 bilhões de dólares. A partir de 1995, o fluxo de IDE torna-se crescente, fenômeno que perdurará até 1999. Uma série de medidas e fatores levou a este cenário: privatizações, não controle de capitais, incentivos, câmbio artificialmente valorizado, alta taxa de juros, entre outros.

Se anteriormente os setores atrelados à indústria de base, como petróleo e aço, eram estratégicos e controlados pelo Estado Brasileiro, entre 1994 e 1997 o processo de privatização e seu resultado em centralização, concomitantemente ao processo de globalização e financeirização, mudou essa estrutura.

As fusões e aquisições também tomaram o setor bancário e financeiro. No setor financeiro, foram 107 operações durante os quatro anos 1994-1997. (KPMG, 2000, p. 3). Se comparado ao setor mais centralizado do período anterior, o número de fusões e aquisições aumentou cerca de quatro vezes em relação a 1990-1993. Em 1997, atinge-se o número recorde fusões e aquisições.

Ainda consoante Gonçalves (2003), estima-se que na década de 1990 mais da metade da produção ou dos ativos brasileiros passou para as mãos de empresas transnacionais, que terminaram a década com o controle de 40% da indústria e 30% do agronegócio. No caso da indústria eletroeletrônica, o autor estima que 2/3 da oferta de produtos passaram a ser proveniente de importações, caracterizando também a perda de espaço da indústria nacional.

Em 1994, no setor de autopeças, o faturamento das empresas brasileiras representava cerca de 50% do total. No ano de 2000, as empresas de capital estrangeiro assumem a posição de liderança, com representação de 73% do faturamento total do segmento. (SAWAYA, 2014, p. 135).

Enquanto a participação [no faturamento] das empresas de capital estrangeiro entre as quinhentas maiores empresas em operação no país representou uma média

de 30%, ao longo da década de 1980, essa participação foi crescente até meados de 1990, atingindo 45,8% em 2001. (LACERDA, 2004, p. 83).

De 1994 a 1997, destaca-se a centralização nos segmentos: financeiro (107 transações nos quatro anos), eletroeletrônico (53) e autopeças (42). O ano de 1997 teve o primeiro *boom* das fusões e aquisições no Brasil. Finalmente, de 1998 a 2000, a centralização foi expressiva nos setores de telecomunicações (104 transações) e tecnologia de informação (93). O período foi marcado pela intensificação das privatizações. (KPMG, 2000, p. 4).

A tabela abaixo (KPMG, 2000) classifica os setores com maior número de operações de fusões e aquisições realizadas na década de 1990, bem como a participação do capital estrangeiro nessas transações.

Tabela 4 - Setores da economia brasileira com maior número de fusões e aquisições durante a década de 90 e participação no total do capital estrangeiro

Setor	Fusões e Aquisições (em quantidade)	Participação do capital estrangeiro (%)
Alimentos	269	57
Instituições financeiras	176	56
Telecomunicações	136	70
Tecnologia da Informação	127	69
Produtos químicos e petroquímicos	110	60
Metalurgia e siderurgia	98	63
Seguros	87	75
Partes e peças automotivas	81	75
Publicidade e editoras	81	68
Eletroeletrônica	72	67

Fonte: KPMG (2000).

Em termos gerais, o setor de alimentos teve forte participação em toda a década e ocupou, por anos seguidos, a liderança em número de transações. Das cerca de 270 fusões realizadas no setor de alimentos, o mais centralizado durante os anos 90, 57% das operações contaram com a presença do capital estrangeiro, com destaque para o capital líder norte-americano. Em seguida, os setores mais centralizados – e que também contam com expressiva presença de capital estrangeiro – são: o setor financeiro (foram realizadas 176 operações durante a década, sendo que em 56% houve participação de capitais estrangeiros); e o setor de telecomunicações (das 136 operações, 70% contaram com capitais externos). (KPMG, 2000, p. 5).

A estratégia neoliberal adotada ao longo da década de 1990 resultou em desnacionalização e em subordinação da economia brasileira às estratégias e ao comportamento do capital transnacional. Segundo Gonçalves (1998, p. 28-29 e 191), a internacionalização da economia brasileira nos anos 90 resultou em impactos expressivos na estrutura produtiva brasileira.

Sawaya (2006, p. 199) também enxerga deste modo, pois como resultado da adoção de políticas liberalizantes, ocorreu um aumento da dependência externa e na centralização de capitais em favor do capital transnacional.

Desenvolve-se o processo de desindustrialização no Brasil. Os capitais, especialmente os nacionais, sobreviventes à reestruturação produtiva da década de 1990, reavaliaram suas decisões estratégicas baseadas em corte de custos e no aprimoramento de processos gerenciais e produtivos, sem necessariamente conseguirem realizar novos investimentos. Quanto tentaram, em meados da década, fazer novos investimentos, foram pegos no contrapé devido à elevação das taxas de juros e valorização cambial que incentivava as importações, retirando-lhes competitividade (SAWAYA, 2006). Além disso, aumentaram a dependência do país em relação às economias externas, especialmente àquelas situadas no centro do sistema capitalista.

Note-se que, a rigor, já entre 1994 e 1997 ganhou importância a presença expressiva de negócios nos segmentos financeiro (107 transações nos quatro anos), eletroeletrônico (53) e autopeças (42). Houve aumento da concentração e centralização, além de socorro a bancos. O ano de 1997 foi o primeiro *boom* das fusões e aquisições no Brasil. Finalmente, de 1998 a 2000, a centralização foi expressiva nos setores de telecomunicações (104 transações) e tecnologia de informação (93). O período foi marcado pela intensificação da globalização, privatizações e novas tecnologias de informação e comunicação, como a internet (KPMG, 2000, p. 4).

Em suma, durante o governo FHC (1995-2002), foram realizadas por ano aproximadamente 310 fusões e aquisições, envolvendo majoritariamente o protagonismo do capital estrangeiro. Segundo a pesquisa elaborada pela área Corporate Finance da KPMG, as fusões e aquisições no Brasil tornaram-se ainda mais expressivas a partir de 1994 até 1997.

Entre 1999-2002 cessam os altos fluxos de IDE e diminui a liquidez internacional, parte em função de fatores internos, como a valorização do dólar frente

ao real, quando a âncora cambial se torna uma política não mais sustentável e que mantinha a moeda nacional valorizada, parte por fatores externos, como a crise da dívida que assolou os países asiáticos, o México, a Rússia e também o Brasil, que demonstravam a fragilidade da estratégia da política anti-inflacionário baseada na âncora cambial.

4.3 Centralização (2000-2015) sob Lula

De 2000 a 2010 houve grandes fusões entre instituições financeiras, como a dos nacionais Itaú e Unibanco. Em adição, o IDE foi superior a US\$ 40 bilhões em 2008, ante uma média de cerca de US\$ 20 bilhões entre 2000 e 2005.

O governo Lula (2003-2011) foi marcado pelo expressivo avanço nas transações de fusões e aquisições. Diferentemente do governo anterior, que priorizou o capital estrangeiro e focou nas privatizações, a presença do capital nacional ganha expressividade, principalmente na política do BNDES de não mais financiar centralmente as privatizações, mas a constituição de grandes campeões nacionais, principalmente em seu segundo mandato.

O primeiro ano do governo Lula, 2003, representa o ponto de guinada, quando a evolução dos investimentos diretos estrangeiros atinge novo patamar (BANCO CENTRAL, 2017). A partir de então, a entrada de recursos produtivos no Brasil é retomada de maneira ascendente, uma vez consolidada a intenção do novo governo de não romper com o grande capital (tal como fica evidente na Carta ao Povo Brasileiro e no ato de indicação de Henrique Meirelles para assumir o Banco Central).

A partir de 2006, a evolução do investimento estrangeiro configura-se em novo patamar (BANCO CENTRAL, 2017). Atinge – em todos os anos, inclusive em 2009, quando se começa a sentir o efeito da crise de 2007 – montantes superiores ao ano de melhor desempenho dos anos 90, 1999, isto é, sempre investimentos estrangeiros anuais acima de US\$ 30 bilhões (BANCO CENTRAL, 2017).

O ano ápice da década de 2000 foi o de 2008, com o ingresso de US\$ 44,5 bilhões. O período do governo Lula, portanto, é marcado pela continuidade da importante presença do investimento estrangeiro direto, embora haja mudanças qualitativas na estratégia de inserção do Brasil na economia internacional, se

comparado às políticas da década de 1990; por exemplo, dá-se ênfase à política de formação das “campeãs nacionais”.

Se a década de 1990 foi o estopim para o *boom* em operações, sobretudo com a participação do capital estrangeiro, os anos 2000 representam o ápice desta forma de centralização. Nunca houve tamanha profusão como ocorre em 2007. A tabela a seguir trata do período do governo Lula e foi extraída da publicação Valor Grandes Grupos (2015).

Tabela 5 - Número de grandes grupos na indústria brasileira na década de 2000

Ano	Capital estrangeiro	Capital Nacional
2001	16	19
2002	13	21
2003	12	23
2004	10	23
2005	9	24
2006	10	22
2007	10	22
2008	9	23
2009	7	24
2010	9	22
2011	10	21
2012	8	20
2013	13	18
2014	12	18

Fonte: Valor, 200 maiores grupos (2015).

De acordo com a pesquisa Fusões e Aquisições, realizada pela consultoria Price Water House, em 2015 os setores de tecnologia da informação (16%), serviços auxiliares (11%) e financeiro (9%) foram os destaques em relação à participação no número total de operações de fusões e aquisições. Em seguida, classificaram-se os setores de varejo, serviços públicos e alimentos, além de química e petroquímica, mineração e serviços imobiliários.

Outros setores representaram cerca de 30% da participação, como mostra a tabela a seguir. Ainda de acordo com a pesquisa, mais da metade das fusões e aquisições no país conta com a presença de capital multinacional, o que é inédito na história brasileira.

Tabela 6 - Setores com maior número de fusões e aquisições em 2015

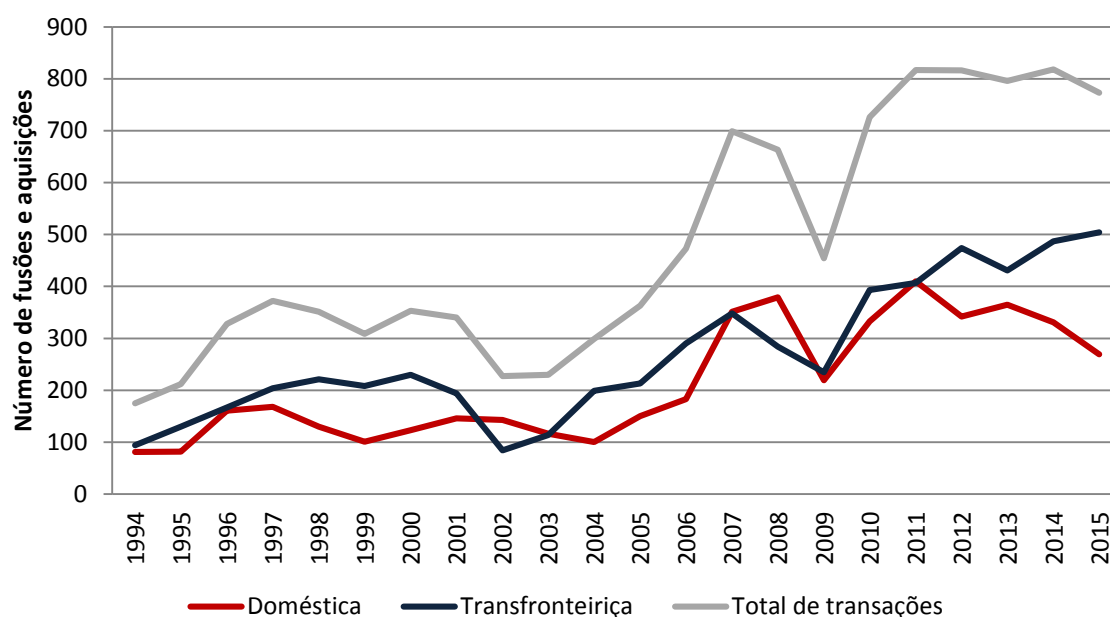
Setor	Participação em fusões e aquisições (%)
Tecnologia da Informação	16
Serviços Auxiliares	11

Financeiro	9
Varejo	7
Serviços Públicos	7
Alimentos	5
Química e Petroquímica	45
Mineração	4
Serviços Imobiliários	4
Outros	32

Fonte: Price Water House (2015)

Já a pesquisa Fusões e Aquisições, publicada pela consultoria KPMG, mostra a evolução do número de fusões e aquisições no Brasil de 1994 a 2015. A tendência de centralização de capital na economia brasileira, na forma de fusões e aquisições, tem-se mostrado forte desde 1994 e parece se acentuar.

Gráfico 1- Evolução no número de fusões e aquisições no Brasil (1994-2015)



Fonte: KPMG (2002, 2016). Elaboração própria.

É possível demonstrar o impacto que o processo de abertura econômica e as políticas liberalizantes tiveram na esfera produtiva nacional. Entre 1994 e 2014, os Estados Unidos foram responsáveis por 36% do total de fusões e aquisições realizadas no Brasil e, em seguida, estão os capitais estrangeiros provenientes da França (7%), Alemanha (5,5%), China (5,5%) e Japão (3,1%).

Segundo dados da publicação Maiores e Melhores - EXAME (2016), em 2015 as corporações norte-americanas presentes na economia brasileira – e são apenas oito grandes grupos, dentre eles, Coca-Cola, Whirpool, Cargill e Novelis – foram responsáveis por cerca de 12% do faturamento total da indústria, cerca de US\$ 30

bilhões. Em seguida, estão bem posicionados no setor industrial os capitais oriundos do Japão, Bélgica e Holanda, com faturamento na casa de US\$ 10 bilhões.

4.4 BNDES: em busca do tempo perdido

Estrategicamente, já a partir da gestão de Carlos Lessa à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), há uma mudança de rota que, se não reverte ou anula o papel do banco na reestruturação produtiva do ciclo neoliberal, representa uma “busca do tempo perdido” no propósito estratégico de projetar as empresas nacionais frente à economia mundializada: os desembolsos do BNDES foram dirigidos para a constituição de grandes grupos de capital nacional que tivessem condições competitivas e tecnológicas se destacar internacionalmente. Foi apenas a crise política que levou ao “*impeachment*” de Dilma Rousseff que interrompeu essa nova guinada, cujo desfecho ainda é incerto.

A agenda de fortalecimento de empresas “campeãs nacionais” deve muito à estilização da experiência com políticas industriais e comerciais implementadas pelos países asiáticos que constituíram grandes corporações altamente competitivas sem jamais render-se plenamente ao “Consenso de Washington” (cf. AMSDEM, ALICE, 2004).

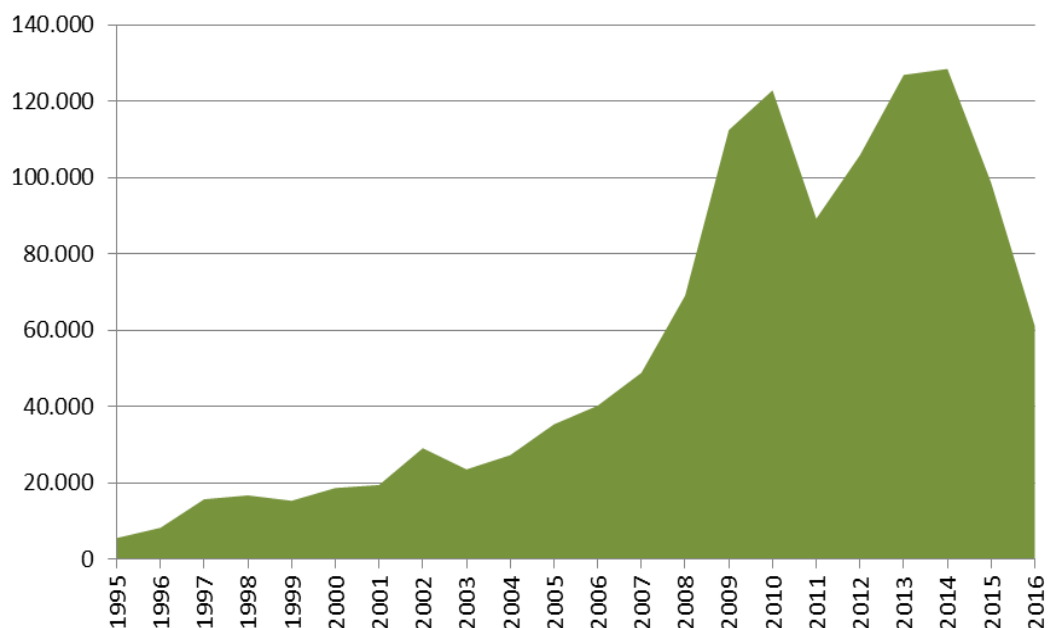
No entanto, se a promoção de inserção produtiva estratégica de empresas de capital nacional tem uma dimensão de contraponto à mundialização subordinada (ou seja, reverbera ainda uma agenda nacional-desenvolvimentista), é inegável que, do ponto de vista da acumulação de capital, trata-se de mais um fator, já durante o ciclo de governos com hegemonia do PT, que coloca a estratégia de governo sob a aceleração do processo de centralização de capital no Brasil.

O gráfico a seguir (BNDES, 2017) mostra os desembolsos destinados a grandes empresas desde 1995. Pode-se verificar o amplo crescimento dos valores a partir de 2003/2004. Não se pode inferir diretamente que todo esse valor tenha sido encaminhado para a constituição das campeãs nacionais, embora seja um indicador da política. Também se deve tomar cuidado quando comparados os volumes de recursos com as décadas anteriores.

O BNDES recebeu aportes de recursos do Tesouro Nacional que fizeram com que seu tamanho como um todo crescesse exponencialmente nos anos de governo

Lula-Dilma. A elevação dos valores desembolsados não se deve apenas às grandes empresas, mas cresceram como um todo inclusive para as pequenas. Esse fato não diminui a importância de sua política de campeãs nacionais e pode servir como um indicador que explica o crescimento das fusões e aquisições em relação à década de 1990.

Gráfico 2 - Valor do desembolso do BNDES para grandes empresas (em R\$ milhões)



Fonte: BNDES (2017)

Analisando-se o gráfico é possível observar três tendências gerais sobre o valor total desembolsado pelo BNDES com destino a empresas de grande porte, quais sejam: a primeira se manifesta desde 1995, com estabilidade dos desembolsos em patamar inferior a R\$ 20 bilhões, exceto o ano de 2002; a segunda tendência é de 2003 a 2006, ano em que atinge aproximadamente R\$ 170 bilhões, e revela crescimento exponencial do valor ao longo do período. Todavia, esta tendência pode ser dividida em dois momentos, o primeiro período é de 2003 a 2006 e caracteriza-se por crescimento que eleva o montante para mais de R\$ 50 bilhões, e o segundo momento (2007-2010) da tendência é marcado pelo crescimento exponencial dos desembolsos, cujo ritmo acelerado fez com que tivesse variação de 140% no acumulado dos quatro anos. Os anos mais expressivos são 2008 e 2009, quando há variação percentual, em relação ao desembolso do ano anterior, de 40% e 50%, respectivamente; a terceira e última tendência está focada na manutenção do valor dos desembolsos na ordem de R\$ 150 bilhões, embora a queda abrupta em 2010 e a crise econômica e política contribuam para um movimento de decréscimo.

Os anos de 2013 e 2014 ocuparam a primeira e segunda posição, respectivamente, na classificação da série de desembolsos, cujo nível mais alto foi de aproximadamente R\$ 190,5 bilhões.

Apesar do crescimento do volume de recurso, é interessante notar que a participação das grandes empresas no governo FHC representava 82,4%, enquanto no governo Lula caíram para 75,7%.

Isso significa que o crescimento apresentado reflete a mudança no patamar de atuação do BNDES a partir dos aportes de recursos do Tesouro. Apesar do forte crescimento dos volumes para as grandes empresas, em parte pela política do desenvolvimento de campeãs nacionais, o governo inicia uma política de diversificação e ampliação ao acesso ao crédito a empresas de porte menor.

Essa política se acentua no governo Dilma, quando menos de 70% do valor dos desembolsos são destinados às maiores empresas. Portanto, no governo Lula houve diminuição de -6,7% na participação das grandes empresas em relação ao governo anterior, mas, também durante o governo Dilma esse movimento foi intensificado, com queda de -7,8% se comparado a Lula.

Segundo estas estatísticas, divulgadas pelo próprio banco já sob o governo Temer, em meio à crise política com fortes pressões pela criminalização da política industrial dos governos petistas (BNDES, 2017), as grandes empresas foram sempre as maiores beneficiárias durante toda série histórica em termos de valor, o que é normal frente ao tamanho dos investimentos que realizam, embora sua participação tenha caído em 14,5% entre 1995 e 2016.

Isso se deve à relativa reorientação da política de financiamento do banco, cuja estratégia passa a incorporar a diversificação das empresas financiadas e ampliação da participação das médias, pequenas e microempresas.

Deste modo, a política de Campeãs Nacionais mantém a importância relativa das grandes empresas do ponto de vista de escolhas estratégicas, tendo em vista um projeto político – e mesmo geopolítico – levado ao extremo e alinhado a diretrizes do Ministério das Relações Exteriores (a diplomacia “ativa e altiva” dos governos petistas sob a inspiração de Marco Aurélio Garcia).

A política de Campeãs Nacionais vigorou principalmente entre 2008 e 2011, assumindo como objetivo estratégico uma Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). O objetivo foi acentuar o processo de internacionalização em setores

estratégicos, porém, com protagonismo do capital produtivo e financeiro de propriedade nacional.

Essa internacionalização de grupos econômicos nacionais coloca no lugar do modelo superado de substituição de importações uma estratégia de substituição de exportações (seja de mercadorias, seja de capitais) que operava por meio de ferramentas de crédito e mobilização de recursos do Tesouro Nacional para “criar novos espaços de lucratividade, expor os grupos à competição internacional e desenvolver atividades mais nobres e complexas (inovação, logística, *marketing* etc.)” (COUTINHO, 2017).

Durante o primeiro mandato do governo Lula houve crescimento considerável no valor dos desembolsos; mas é a partir de 2007, início do segundo mandato, que o incremento ocorre drasticamente, quando foi implementada a política das Campeãs Nacionais. Há uma forte queda durante o ano de 2010, de aproximadamente R\$ 40 bilhões, contudo, a retomada ocorre com intensidade no governo Dilma, atingindo o maior nível em 2014, quase R\$ 130 bilhões, para então cair drasticamente no ano seguinte, quando ocorre o início da recessão que desembocará em crise econômica.

Em 2016, quase 70% dos desembolsos totais do BNDES, e 98,5% dos desembolsos voltados para financiamentos acima de R\$ 20 milhões, destinaram-se a empresas de grande porte.

Ainda segundo o “Livro Verde” (BNDES, 2017), a abertura econômica da década de 1990 colocou às empresas nacionais o desafio de serem competitivas em nível internacional, a fim de manterem os mercados internos e expandirem os negócios no mercado internacional.

As empresas passaram a buscar alianças com outras firmas, inclusive estrangeiras, e instalaram unidades no exterior na forma de escritórios de vendas, assistência técnica, representações comerciais ou plantas produtivas.

Segundo a Sobeet (apud BNDES, 2017), 27% das empresas brasileiras apontaram a busca de competitividade internacional como principal motivo para a internacionalização. Pela ordem, os outros motivos mais assinalados foram: (i) reduzir dependência do mercado interno (17,6%); (ii) buscar economias de escala (15,2%); (iii) aproveitar a demanda mundial (13,3%); (iv) estabelecer plataformas de exportação em outros países (11,4%); e (v) acompanhar os clientes/concorrentes em mercados internacionais (9,8%) (BNDES, 2017, p. 135)

Finalmente, cumpre registrar as principais conclusões do “Livro Verde” e o modo como estas confirmam a presente análise do processo de concentração e centralização de capital no Brasil entre os anos de 2001 a 2016.

i) o apoio ao fortalecimento e internacionalização de grupos empresariais ocorreu, ainda que a hipótese de uma seleção de poucas “Campeãs Nacionais” seja relativizada pelo fato de, entre as 1000 maiores empresas do país listadas no anuário Valor 1000 do ano de 2013, 783 terem recebido algum tipo de apoio do BNDES. Entre os 50 grupos mais fortemente apoiados, aparecem 14 com controle de capital estrangeiro, ou seja, grupos internacionais também foram apoiados pelo Banco no período em setores como energia, automotivo, telecomunicações e mineração;

ii) o número de empresas apoiadas que apresentam boa situação patrimonial e reputação é muito superior ao número de grupos nacionais com problemas econômico-financeiros ou denúncias relacionadas a atos de corrupção;

iii) considerando os 10 grupos nacionais mais apoiados entre 2001 e 2016, a participação do BNDES alinha-se ao movimento mais geral de concentração e centralização, em alguns casos “errando junto” com outras instituições financeiras ou vendo-se induzido a socorrer grupos cuja emergência foi apoiada pelo banco no ciclo anterior (caso notório do setor de telecomunicações, com a Oi, assim como apoio a Tim e Telefônica).

Além do debate ainda em curso em torno da opção por “Campeãs Nacionais” (que pouco aborda o tema subjacente, que é a opção do governo por apoiar, de modo transversal, todo um ciclo de concentração e centralização de capital), cabe registrar por fim a discussão igualmente relevante sobre o efeito da ação do BNDES sobre a determinação das taxas de juros na economia brasileira.

Para resumir uma polêmica complexa que afinal envolve todas as dimensões da política de crédito, assim como a própria relação entre política monetária, política fiscal e crédito direcionado, os críticos de inspiração neoliberal associam a crônica manutenção dos juros reais elevados no Brasil à ação do banco estatal, que seria o responsável por desequilíbrios estruturais nas relações entre oferta e demanda de moeda e crédito, distorcendo a formação da taxa de juros por meio de uma insustentável transferência de renda em favor das empresas beneficiadas.

O argumento é retomado por Ricardo Carneiro (2017), para quem “os interesses da alta finança no Brasil conspiram contra o crédito direcionado e, mais precisamente, contra o BNDES”, sob o disfarce de “argumentos fundados na

racionalidade econômica e justiça distributiva, como o que atribui a alta taxa de juros básica ao crédito direcionado, ou o impacto fiscal nefasto dessa forma de crédito”.

Em que medida haveria nessa estrutura das taxas de juros um elemento adicional de apoio estatal à acumulação de capital, seja nacional ou estrangeiro, agravando a concentração e centralização de capital no Brasil?

A taxa de juros básica tem de ser mais elevada para a política monetária ser eficaz por conta do crédito direcionado? A ação do BNDES faz crescer o *spread* nas linhas do crédito livre?

Na perspectiva de Carneiro (2017), para superar as distorções do sistema financeiro brasileiro e configurar uma estrutura com crédito de longo prazo, seria necessário “atacar as consequências da abertura financeira geral e irrestrita”.

Havendo uma opção preferencial pela liberalização e internacionalização financeira, associada à inconversibilidade do real, torna-se inevitável uma elevada volatilidade dos fluxos de capitais em direção à economia brasileira. Assim, “os ciclos de liquidez global se transmitem de forma ampliada à taxa de câmbio e aos preços dos ativos exigindo um manejo recorrente da taxa de juros básica para atenuar a flutuação desses preços e, em última instância, da própria inflação” (CARNEIRO, 2017). Ora, há muitos países com dívidas públicas mais elevadas e taxas de juros mais baixas que as vigentes no Brasil. Mas, com dívida pública de curto prazo e indexação financeira (aproximadamente 75% da dívida pública brasileira tem menos de cinco anos de prazo, cerca de um terço indexada à taxa de juros do *overnight*), trata-se de constatar que não é o BNDES que promove a distorção na alocação de recursos em favor da concentração de capital, mas é o modelo econômico-financeiro mais amplo que concede, afinal, “poder excessivo aos rentistas” (CARNEIRO, 2017), tornando o papel do BNDES apenas acessório na promoção de uma forte concentração de capitais.

A solução neoliberal é estrangular os canais de transferência entre o Tesouro Nacional e o BNDES, bem como reduzir o subsídio suposto às taxas de juros nos financiamentos de longo prazo do BNDES e, assim, possivelmente conduzir as empresas nacionais a buscar o crédito de longo prazo nos mercados internacionais. Esse potencial deslocamento da demanda de crédito para o exterior pode ser visto como uma solução para a suposta ineficiência do banco público, cujo resultado seria ainda uma maior aceleração da concentração e centralização de capital com ampliação intensificada da internacionalização da estrutura produtiva brasileira. Na

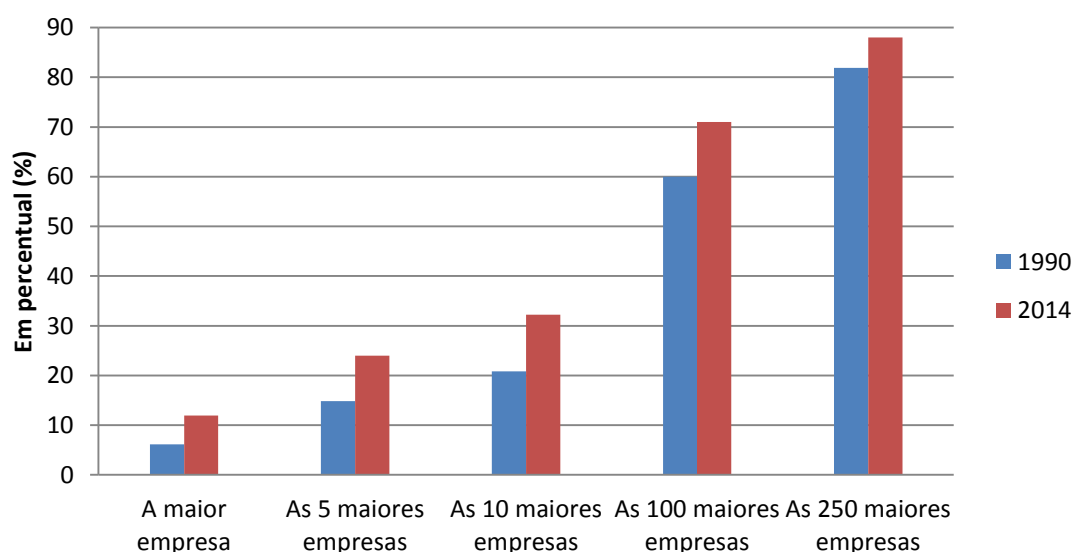
prática, sem um mercado de capitais razoavelmente desenvolvido, parece difícil dissociar a ação estratégica do banco público das tendências de concentração de capital.

Em resumo, se os argumentos liberais para mudar os juros do longo prazo não se sustentam, sobra apenas uma explicação para a atuação do BNDES: aumentar o espaço de acumulação (e, portanto, concentração e centralização) de capital financeiro no Brasil (e no exterior, pois as empresas brasileiras seriam induzidas a se endividar no mercado internacional com taxas bem mais baixas caso não encontrassem no próprio BNDES a alavanca dessa concentração amparada em recursos públicos).

4.5 Resultado comparativo do movimento histórico de centralização de capital

Em 1990, as 250 maiores empresas (nacionais ou estrangeiras, privadas ou estatais) representavam cerca de 80% do faturamento sobre as vendas domésticas. Após 24 anos, o mesmo número de empresas detinha aproximadamente 10% a mais da receita, o que demonstra, ainda que de forma indireta e não exaustiva, uma economia mais concentrada e centralizada.

Gráfico 3 - Participação das maiores empresas no faturamento total da economia brasileira (1990-2014)



Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

Com efeito, esse acréscimo de 10% é verificado também quando a análise tem seu foco restringido a apenas as 5, 10 ou até mesmo as 100 maiores empresas em termos de faturamento.

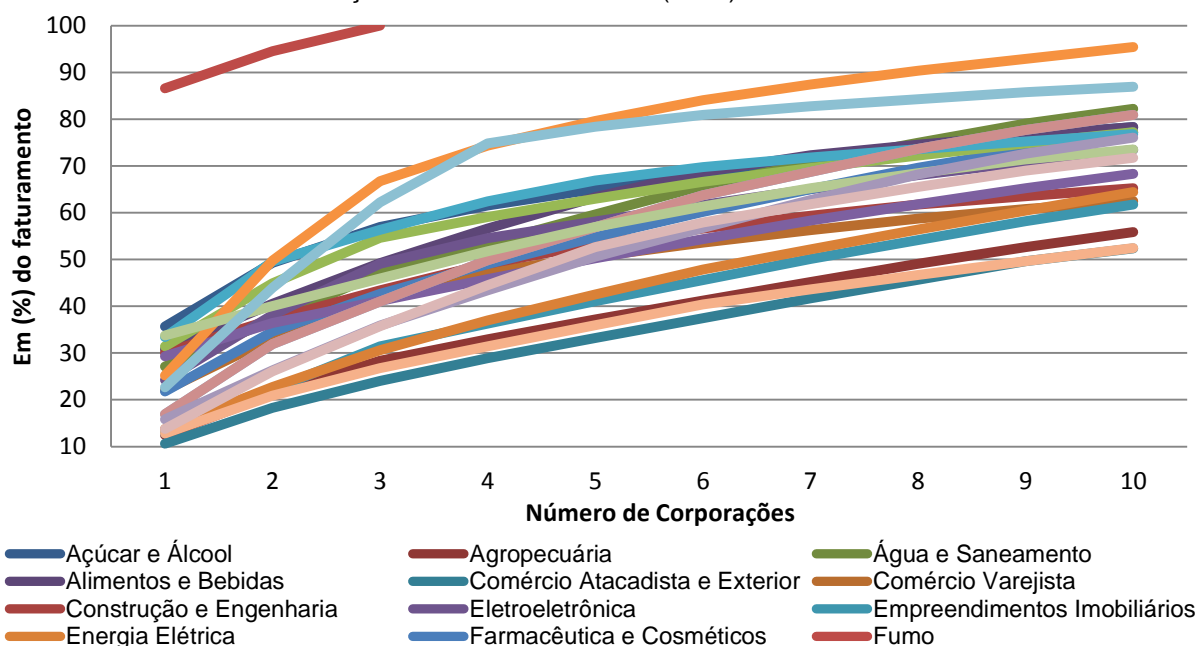
Se em 1990 as 5 maiores empresas detinham em torno de 15% da receita total, em 2014, essa participação saltou para mais ou menos 25%. O mesmo equivale para as 10 maiores e as 100 maiores empresas, cujas participações aumentaram de 21% a 32% e de 60% a 70%, respectivamente. A tendência do movimento do capital à centralização parece também se concretizar aqui no Brasil.

De acordo com dados da publicação EXAME - Maiores e Melhores (2015), o setor Fumo é o destaque neste processo. O mercado é dominado apenas por 3 empresas e todas contam com a presença do capital estrangeiro. A empresa líder é a maior corporação britânica instalada no país e faz parte das 50 maiores empresas da indústria brasileira. Seu domínio sobre o mercado se estende a mais de 85% do faturamento do setor.

Em seguida, há duas empresas de capital misto, envolvendo, além do capital nacional, capitais cujas origens são Estados Unidos e China. Vale ressaltar, todavia, a expressividade relativamente modesta em relação à empresa líder ao dominarem respectivamente 8% e 4,5% do faturamento das vendas. Se se considerar a centralização de capital sob a ótica de participação no mercado *vis-à-vis* número de empresas atuantes.

O setor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações ganhou notoriedade em número de transações de fusões e aquisições ao decorrer da década de 90; o setor de Papel e Celulose também é destaque.

Gráfico 4 - Grau de centralização da indústria brasileira (2014)



Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015).

4.6 Alguns perfis da concentração setorial

Finalmente, a revisão das estatísticas disponíveis ressalta alguns perfis da concentração setorial tal como registrado em 2014. Uma síntese estatística envolvendo todos os setores estaria muito além dos limites da presente dissertação, mas as evidências são eloquentes, levando-se em conta o papel estratégico desses perfis setoriais sobre a dinâmica de concentração e centralização de capital, formação de preços, acesso a crédito estatal, internacionalização da economia e influência sobre as diretrizes das políticas públicas, em especial, as políticas cambial, tributária e de crédito subsidiado, sem mencionar a captura das agendas político-partidárias por algumas das maiores empresas beneficiadas pelas tendências de concentração econômica e apoio à emergência de “Campeãs Nacionais”. É o caso do setor de Alimentos e Bebidas; a presença de capital externo é notável. Das 10 maiores empresas, 4 são estrangeiras (capitais de origem holandesa, norte-americana, francesa e mexicana) e ainda outra é composta por capital misto (belga e brasileiro).

Entre as “Campeãs Nacionais”, a JBS foi criada em 1953, em Goiás, e iniciou seu processo de expansão adquirindo frigoríficos no interior do estado até se tornar, em 2004, uma empresa de grande porte, com sede em São Paulo. O conglomerado industrial consolidou-se com a aquisição de frigorífico no exterior (nos Estados Unidos,

Argentina e Austrália) e com a fusão de concorrentes nacionais. Tornou-se a maior processadora de carnes do mundo. O faturamento da JBS passou de R\$ 4,6 bilhões em 2006 para R\$ 170 bilhões em 2016, 40 vezes mais em dez anos. O aumento do faturamento do grupo foi acompanhado por uma aproximação do poder político cujas implicações gravíssimas ainda são incertas no momento de conclusão dessa dissertação (julho de 2017).

Além da JBS, a *holding* J&F controla empresas de derivados de leite (Vigor), calçado e vestuário (Alpargatas, dona das marcas Havaiana e Osklen, mas que foi vendida em novembro de 2016), celulose (Eldorado Celulose), produtos de higiene e limpeza (Flora, dona das marcas Minuano e Francis, entre outras), um banco (Original) e companhias de energia.

O grupo JBS foi escolhido para ser uma das Campeãs Nacionais. O BNDES financiou o crescimento da empresa, seja via empréstimo (desembolso BNDES), seja via compra de participação acionária (BNDESpar). O resultado da política das Campeãs Nacionais praticada no governo Lula é explícito, pois a JBS detém 30% da participação do mercado em termos de receita.

A Ambev, segunda maior empresa de Alimentos e Bebidas, conta com capital misto, de origem belga e brasileira. Segundo a classificação da revista Exame (2016), a Ambev foi considerada a 8ª maior empresa da indústria brasileira em 2015, com faturamento superior a R\$ 38 bilhões, equivalente a 10% de participação no mercado em termos de receita.

A Ambev tem sua origem no Brasil em processo de centralização. No início, ocorreu a fusão entre a Companhia Antártica Paulista e Companhia Cervejaria Brahma. Em 2004, a brasileira Ambev, então a 5ª maior cervejaria do mundo, foi adquirida pela belga Interbrew, na época, a 3ª maior. Da fusão, nasceu a AB InBev, com sede na Bélgica, e tornou-se a maior cervejaria do mundo com a compra da Anheuser-Busch, dona da Budweiser. A AB Inbev é líder no mercado mundial de cerveja, controlando 21,2% do total. Está em processo de fusão com a anglo-sul-africana SABMiller, sua maior concorrente. O caso específico da AB Inbev mostra com destaque a importância do movimento de centralização de capital na forma de fusões e aquisições para o crescimento econômico da grande corporação.

Tabela 7 - Maiores empresas do setor de Alimentos e Bebidas (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
JBS	120,5	Brasil	30,8
Ambev	38,1	Bélgica/Brasil	9,7
Bunge Alimentos	34,1	Holanda	8,7
BRF	29,0	Brasil	7,4
Cargill	26,2	Estados Unidos	6,7
Marfrig	21,1	Brasil	5,4
LDC Brasil	13,9	França	3,6
Amaggi	8,9	Brasil	2,3
Coca-Cola FEMSA	7,8	México	2,0
Minerva	7,0	Brasil	1,8

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

O setor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações revela uma intensiva internacionalização com fragilização da participação do capital nacional representado pela empresa Oi, que era uma das empresas selecionadas na política das campeãs nacionais. A tendência à centralização parece ser crescente, por exemplo, no caso da espanhola Telefônica, que adquiriu, no começo de 2015, a francesa GVT, com consentimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Quase um ano depois, foi anunciado o fim das operações da GVT e a fusão entre as duas empresas deu origem à Vivo.

Tabela 8 - Maiores empresas do setor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Telefônica Brasil	35,0	Espanha	22,7
Claro	32,9	México	21,3
Oi	28,2	Brasil/Portugal	18,3
TIM	19,5	Itália	12,6
GVT	5,5	França	3,6
Nextel	3,9	Estados Unidos	2,6
Ericsson	2,8	Suécia	1,8
Positivo Informática	2,3	Brasil	1,5
Algar Telecom	2,2	Brasil	1,4
Serpro	1,9	Brasil	1,2

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

O setor de Petróleo e Gás, marcado pela descoberta do Pré-Sal e por um movimento indissociável dos destinos da Petrobras, tornou-se também terreno de disputas políticas, partidárias e de alto impacto no mercado de capitais, na

internacionalização da economia brasileira e na formação de novos “*players*” em um setor estratégico para o futuro da própria geopolítica energética e da inserção brasileira na ampla, complexa e polêmica conversão mundial para um modelo com menor consumo de carbono, ditado por agendas multilaterais de sustentabilidade e renovação da mundialização, com aceitação de acordos sobre o clima (aquecimento global) e o impulso à inovação em toda a cadeia produtiva de energia e transportes.

Em outros setores, cuja dinâmica recente não cabe detalhar aqui, é evidente que mais de 50% da participação no mercado é detida por até 5 empresas, como ilustram as tabelas a seguir.

Tabela 9 - Maiores empresas do setor de Petróleo e Gás (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Petrobras	337,3	Brasil	59,0
Ultrapar	67,7	Brasil	11,8
Raízen	65,1	Brasil/Grã-Bretanha/Holanda	11,4
Cosan	39,1	Brasil	6,8
Ale combustíveis	11,6	Brasil	2,0
BG Brasil	5,0	Grã Bretanha	0,9
Shell	4,1	Grão Bretanha/Holanda	0,7
CEG	3,5	EP/BR	0,6
Statoil Brasil	3,1	Noruega	0,5
CEG Rio	3,0	Espanha/Brasil	0,5

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

Setor de Química e petroquímica

Tabela 10 - Maiores empresas do setor de Química e Petroquímica (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Braskem	46,0314	Brasil	33,8
Yara Brasil Fertilizantes	8,5462	Noruega	6,3
Basf	8,0361	Alemanha	5,9
Bayer	7,8933	Alemanha	5,8
Syngenta	7,1637	Suíça/Holanda	5,3
Heringer	5,9518	Brasil	4,4
Fertipar	5,2974	Brasil	3,9
Du Pont	4,4316	Estados Unidos	3,3
Mosaic	3,9571	Estados Unidos	2,9
Unigel	2,8834	Brasil	2,1

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

Setor Papel e celulose

Tabela 11 - Maiores empresas do setor de Papel e Celulose (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Suzano	7,3	Brasil	25,2
Fibria	7,1	Brasil	24,6
Klabin	4,9	Brasil	17,0
Eldorado Brasil	2,2	Brasil	7,6
Cenibra	1,5	Japão	5,3

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

Setor de Metalurgia e Mineração

Tabela 12 - Maiores empresas do setor de Metalurgia e Mineração (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Vale	88,3	Brasil	33,4
Gerdau	42,5	Brasil	16,1
Arcelormittal Brasil	18,0	Espanha	6,8
CSN	16,1	Brasil	6,1
Usiminas	11,7	Japão/Argentina/Brasil	4,4
Samarco	7,5	BR	2,9
Thyssenkrupp CSA	5,4	Alemanha	2,0
Paranapanema	4,7	Brasil	1,8
Novelis	4,3	Estados Unidos	1,6
CBMM	4,2	Brasil	1,6

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

Setor Farmacêutico e de Cosméticos

Tabela 13 - Maiores empresas do setor Farmacêutico e de Cosméticos (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Unilever	12,6	Grã Bretanha/Holanda	21,8
Natura	7,4	Brasil	12,8
Hypermarcas	4,7	Brasil	8,1
Pfizer	3,7	Estados Unidos	6,4
Procter & Gamble do Brasil S.A	3,3	Estados Unidos	5,8
Cálamo (Grupo Boticário)	3,1	Brasil	5,4
Novartis Biociências	2,8	Suíça	4,9
Roche	2,6	Suíça	4,5
EMS	2,2	Brasil	3,9
Eurofarma	2,2	Brasil	3,8

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

Setor de Eletroeletrônica

Tabela 14 - Maiores empresas do setor de eletroeletrônica (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Whirpool	9,7	Estados Unidos	24,2
Eletroclux	5,5	Suécia	13,9
Siemens	4,4	Alemanha	10,9
ABB	2,2	Suíça	5,5
Alstom	1,4	França	3,6
Schneider Electric	1,4	França	3,6
Panasonic	1,3	Japão	3,4
Philco Eletrônicos	1,2	Brasil	3,0
Prysmian Energia	1,1	Itália	2,8
Alstom Grid Energia	1,1	França	2,7

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

Setor da Construção e Engenharia Civil

Tabela 15 - Maiores empresas do setor da Construção e Engenharia Civil (2014)

Empresa	Receita (em R\$ bilhões)	Origem do Capital	Participação no mercado (%)
Odebrecht	32,5	Brasil	30,1
Construtora Andrade Gutierrez	7,7	Brasil	7,1
OAS Engenharia	6,7	Brasil	6,2
Construtora Queiroz Galvão	6,1	Brasil	5,6
Construtora Camargo Corrêa	4,6	Brasil	4,2
Galvão Engenharia	3,6	Brasil	3,3
Enseada Naval	3,0	Brasil	2,7
UTC Engenharia	2,6	Brasil	2,4
Atântico Sul	1,9	Brasil	1,8
Alumini Engenharia	1,9	Brasil	1,7

Fonte: Exame, Maiores e Melhores (2015). Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da acumulação de capital, as políticas liberalizantes da década de 1980 formuladas e sustentadas especialmente por Reagan-Thatcher resultaram em uma nova etapa de internacionalização de capital, a mundialização do capital.

Como resultado desse processo, gerou-se uma massa de capitais ainda mais concentrados e centralizados, oriundos dos países do centro do sistema. Seus espaços de origem já não eram mais suficientes e não atendiam mais à necessidade do capital em expandir seu valor. Politicamente, é incentivado às economias periféricas, sob a promessa de que, assim, estariam trilhando o caminho do desenvolvimento, ao adotarem as políticas neoliberais, recebendo essa massa de capital.

A inserção da economia brasileira nesse processo de mundialização acentua-se sobretudo na década de 1990 e praticamente se consolida nos anos 2000: tratou-se de acelerar a abertura da economia (inclusive por meio de políticas de valorização cambial), menor rigor no controle dos fluxos de capitais, privatização de empresas estatais em setores estratégicos, liquidação de patrimônio público e incentivos às importações em detrimento das exportações de manufaturados, conduzindo à reconversão da economia brasileira à posição de plataforma exportadora de *commodities* (a chamada “reprimarização”).

A fim de sustentar essas escolhas, foi praticada uma política monetária restritiva, com juros reais elevados, uma política de câmbio artificialmente valorizado que acentuou a desnacionalização e a desindustrialização, combinada a um crescimento irresponsável da dívida pública (a tese da “dominância fiscal”).

O resultado de tais ações foi um aumento da centralização de capital e consequente internacionalização da economia brasileira, fragilização do Estado, sobretudo, via fusões e aquisições, um processo histórico de ampla reengenharia produtiva.

A mundialização, fase de internacionalização consolidada em 1980, e a estratégia político-econômica adotada no Brasil na década seguinte constituem parte de um mesmo movimento. Como já indicava Marx, o movimento de acumulação de capital intensificou a concentração e a centralização da economia mundial, subordinando os países da periferia que tivessem pretensões de fazer o “*catch-up*”, ou seja, superar o atraso por meio de uma integração linear ao “Primeiro Mundo”.

Para Chesnais, o oligopólio mundial deve ser encarado como a forma geral das estruturas de mercado contemporâneas. Desde os anos 1970, a concentração e centralização da economia mundial são elevadas, seja na forma específica de competição, seja via poder de monopólio coletivo que os grandes grupos econômicos possuem. A internacionalização do capital é o processo em que a produção e apropriação de mais-valia são realizadas para além dos espaços de origem dos capitalistas.

Nos anos 1940, a indústria brasileira formou-se por meio de capital nacional e, em 1960, a estratégia de política desenvolvimentista foi relevante até que, em 1990, optou-se pela liberalização da economia brasileira associada à inserção na nova etapa de internacionalização, a mundialização do capital. Desta forma, aumentou-se a concorrência do capital nacional frente a outras empresas transnacionais (TNCs), especialmente as que exploram recursos naturais como petróleo e minério de ferro.

O Brasil foi um dos países, já nos anos 90 do século passado, a abraçar com entusiasmo a cartilha ditada pelo “Consenso de Washington”, liberalizando o comércio exterior, estabilizando a inflação por meio de sucessivas manobras de ancoragem cambial dos contratos, privatizando setores estratégicos e tornando ainda mais precárias as relações sociais e o mercado de trabalho.

O resultado central da presente dissertação é explicitar, tendo como referência o legado de Marx, a relação entre a evolução dos processos de concentração e centralização de capitais no Brasil e uma nova etapa da mundialização, assim como as contradições políticas e geopolíticas resultantes.

Espera-se ter ampliado a percepção do processo de ampliação do poder das corporações, inclusive na determinação de preços, na dinâmica da política econômica e no direcionamento do crédito público, inserindo o caso brasileiro no horizonte das tensões provocadas mundialmente pela crise recente.

Trata-se, primeiramente, de recuperar a perspectiva aberta por Marx de análise crítica dos processos de acumulação, concentração e centralização do capital no contexto de uma suposta ampliação da concorrência em economias de mercado. A partir dessa base teórica, é possível retomar o entendimento da influência das empresas líderes na formação de preços, seguindo a trilha apontada por Kalecki, assim como deixar evidente a associação entre neoliberalismo e concentração de capitais na economia brasileira, com destaque para alguns setores estratégicos.

Ganham relevância, nesse horizonte, as formas de controle que as corporações exercem sobre seus concorrentes, amparadas em seu nível mais avançado de domínio tecnológico, em sua escala de produção e nas vantagens que daí derivam, seja ao dificultar a entrada de novos capitais, seja ao acirrar a rivalidade com os concorrentes, resultando em centralização de capital na forma de fusões e aquisições, levando ao estreitamento da base de capitais envolvidos na disputa.

Compreendida, deste modo, a lógica do grande capital, no segundo capítulo avançou-se apresentando a internacionalização do capital ocorrida a partir dos anos 80 como fundamento da nova configuração da grande corporação que atua em escala mundial, conquistando um poder inédito em todas as esferas: da organização das cadeias de suprimento à financeirização de todo o processo produtivo e de consumo, passando pela subordinação dos Estados Nacionais a uma política dita de “globalização”, crescentemente posta a serviço de uma concentração crescente.

A perspectiva adotada nesse trabalho foi, portanto, lógico-histórica. Seguiu-se a trilha delineada nas obras de Chesnais (1996, 2016), que chama a atenção para a intensificação do movimento de centralização de capital como característica central da mundialização.

Em suma, a mundialização aponta para a existência de um regime de acumulação em escala internacional com características próprias que acentuam as assimetrias e contradições do capitalismo, além de intensificar a concentração e centralização, a dependência e a precarização dos direitos sociais e trabalhistas.

Ao contrário de uma suposta interdependência “global”, horizontal e democrática (o próprio termo “globalização” remete a uma linearidade, uma circularidade do movimento virtuoso de autorregulação dos mercados).

O movimento do capital conduziu a essa mundialização assimétrica, ou seja, à reafirmação do capital como fonte maior de uma hegemonia de um modelo desigual, assíncrono e perverso em escala internacional, sem quaisquer perspectivas de criação de um sistema homogêneo, estruturalmente voltado à democratização de oportunidades de crescimento e ao aumento natural e irreversível da competitividade geral, tal como apregoado pelo Consenso de Washington.

A lógica é a mesma apontada por Marx, no entanto, a mundialização leva essa lógica ao paroxismo, pois, na medida em que o capitalismo repõe suas condições fortalecendo as grandes empresas, até mesmo os horizontes de uma regulação

estatal ou de uma apropriação social (via revolução comunista ou quaisquer “terceiras vias” mais ou menos violentas) tornam-se mais distantes, difusos ou inviáveis.

No lugar da autorregulação, a concentração destrói as bases da regulação quando não a submete às contradições da acumulação capitalista, aceitando nada menos que a total liberalização de todos os processos (trabalho, produção, investimento, consumo) e produzindo sua própria crise, a deslegitimação do Estado do Bem-Estar Social (até mesmo em suas versões tardias e dependentes) que torna ainda mais propícios os movimentos de formação de oligopólios mundiais articulados em grandes corporações que ocupam todos os espaços relevantes da vida econômica, social e política das nações.

A revisão teórica, histórica e estatística do ciclo mais recente de acumulação e centralização de capitais aqui proposta foi confirmada no capítulo final, por meio do mapeamento de indicadores sobre o poder da grande corporação no Brasil, a partir de sua forma específica de inserção dependente, subordinada à lógica da mundialização e com ênfase em alguns perfis setoriais ilustrados com dados empíricos cujo sentido é decifrado sobre o pano de fundo do legado de Marx.

Informações sobre os desembolsos do BNDES, a entrada de investimento estrangeiro direto (IED) no país e o movimento de fusões e aquisições são alinhadas a uma visão crítica da concentração econômica no Brasil, tal como caracterizada pela distribuição setorial do faturamento dos grandes grupos.

Concluindo, aumentou o grau de centralização não somente no mundo, como também no Brasil. A economia periférica brasileira apresenta atualmente elevado grau de centralização, sendo estruturada predominantemente por grandes oligopólios e monopólios transnacionais. Se a história demonstra que a economia capitalista é centralizada e, como buscou-se demonstrar aqui, que as grandes empresas determinam preços, a conclusão é de que o fato de serem capazes de determinarem os preços dá às empresas oligopolizadas poder sobre distribuição da riqueza e a gestão das contradições no controle de fundos públicos.

Estabelecida uma relação de poder, a disputa pela riqueza socialmente criada ganha intensidade nos momentos de crise de acumulação e acirramento das contradições em escala mundial, com a redução crônica das taxas de crescimento econômico.

Quais são os limites para a resolução negociada dessas contradições no espaço da economia brasileira em meio à criminalização da política industrial e do

crédito direcionado? Qual o papel ainda a ser desempenhado por estratégias de ampliação da concorrência e fortalecimento de novos modelos de regulação?

Quais são os significados para além da dinâmica de preços, da disputa por mercados consumidores ou direcionamento de recursos públicos, da concentração de capitais no Brasil?

Essas questões remetem a uma luta não apenas entre capital e trabalho, mas entre capitais cujo resultado afeta a distribuição de renda. Questões ainda em aberto e que merecem um estudo mais aprofundado.

A recuperação sistemática, sobretudo, com uma preocupação didática desse quadro analítico ancorado na economia política marxista, é especialmente urgente em um momento grave na história da economia brasileira, submetida a um processo de asfixia social e fragilização produtiva nitidamente inspirado numa suposta aproximação do país aos cânones da racionalidade e da sustentabilidade, tais como preconizados pelas elites econômicas, financeiras e políticas mundiais e locais.

Se o presente trabalho de síntese e revisão conceitual servir ao propósito eminentemente didático de alertar com clareza e objetividade para os riscos da ortodoxia doutrinária liberal, já terá atendido, ainda que de modo preliminar, à angústia de uma geração que não perdeu a esperança, mas se depara com uma ofensiva sem precedentes das forças econômicas e políticas que imperam por meio do medo, da ignorância e da subordinação consentida.

BIBLIOGRAFIA

- BANCO CENTRAL. Séries Históricas Fluxo de Investimento Direto. 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistFluxoInvDir.asp>> Acesso em: 14 jun. 2017.
- BNDES. Evolução do Desembolso do BNDES. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/F1Jn4r>>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *Capitalismo monopolista*. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo, 1994. Disponível em: <[http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washingto n.pdf](http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washingto%20n.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- BERLE, Adolf Augustus; MEANS, Gardiner C. *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. [1. ed. 1932] São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008,
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Empresas multinacionais e interesses de classe*. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, out., 1978. p. 11-27.
- CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil. In: *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, (8). jun., 1997. p. 101-41.
- CARNEIRO, Ricardo. *BNDES, entre o certo e o duvidoso*. Revista Carta Capital, edição de 24 de julho de 2017.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- CASTRO, Antonio Barros de. *A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação*. In: *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 3 (83), jul./set., 2001. 26 p.
- CHANG, Ha-Joon. *Economia: modo de usar*. Um guia básico dos principais conceitos econômicos. Trad. Isa Mara Lando e Rogério Garlindo. São Paulo: Schwarcz, 2014. 459 p.
- CHESNAIS, François. A globalização e o censo do capitalismo de fim-de-século. In: *Revista Economia e Sociedade*, Campinas-São Paulo, (5), dez., 1995. p. 1-30.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *Finance Capital Today*. Amsterdam: 2016.
- COSTA, Darc; SILVA, Francisco Carlos Teixeira et al. *Mundo latino e mundialização*. (org). COSTA, Darc e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2004.

COUTINHO, Luciano. *A verdade sobre a BNDESPar*. Valor Econômico. Edição de 12.06.2017. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/opiniaio/5000726/verdade-sobre-bndespar>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

DEAN, Warren. *As multinacionais: do mercantilismo ao capital internacional*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1983. 105 p.

DIXON, Robert; TOPOROWSKI, Jan. Kaleckian Economics. In: *Oxford Handbook of Post-keynesian Economics*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 485-509.

DOSTALER, Gilles. Resenha da obra de Frederic S. Lee: *Post-Keynesian Price Theory*. Cambridge : Cambridge University Press, 1998. p. 698-9.

DOWBOR, Ladislau. *Governança corporativa. O caótico poder dos gigantes financeiros*. [Online]. Disponível em: <http://dowbor.org/2015/11/ladislau-dowbor-o-caotico-poder-dos-gigantes-financeiros-novembro-2015-16p.html/>. Acesso em: 02 dez. 2016.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. In: *Revista de Economia Política*, v. 19, n.3 (74), abr./jun., 1999. p. 31-48.

DUTT, Amitava Krishna. Conflict inflation, distribution, cyclical accumulation and crises. In: *European Journal of Political Economy*, v. 8, 1992. p. 579-97.

ESPÓSITO, Maurício. *A importância do capital internacional nas transformações de estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização*. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, IE-UNICAMP, 2016. [Mestrado em Economia].

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Constituição (1787). *Emenda Constitucional nº 14*, de 7 de setembro de 1864. Filadélfia-Pensilvânia. Disponível em: http://www.usconstitution.net/xconst_Am14.html. Acesso em: 06 set. 2016.

EXAME. Revista Exame. *Maiores e Melhores* (2016).

FOLHA DE SÃO PAULO. *Primeira multinacional do mundo, Cia das Índias está em expansão*. São Paulo, 26/jun. 2016. Serafina [online]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2016/07/1785106-primeira-multinacional-do-mundo-cia-das-indias-esta-em-expansao.shtml>. Acesso em: 26 de jun. 2016.

FORBES. Revista Forbes. Disponível em: <http://beta.fortune.com/fortune500/>. Acesso em 05 set. 2016.

FOSTER, John Bellamy et al. Monopoly and Competition in Twenty-First Century Capitalism. In: *Monthly Review Press*, Nova Iorque, v. 61, n. 11, abr., 2011. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2011/04/01/monopoly-and-competition-in-twenty-first-century-capitalism>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

GADELHA, REGINA M. F. Globalização e crise estrutural. In: GADELHA, Regina M. Fonseca. *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: Educ, 1997.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. Trad. F. R. Nickelsen Pellegrini. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1982. 379 p.

_____. *O novo estado industrial*. Trad. Álvaro Cabral. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. 456 p.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONTIJO, Cláudio. Monopólio e preços em Kalecki. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, v. 11, n. 2 (42), abr./jun., 1991. p. 5-17. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/42-1.pdf>. Acesso em 03 set. 2016.

HANDLIN, Oscar. The Development of the Corporation. In: *The Corporation. A Theological Inquiry*. Washington/Londres: American Enterprise Institute for Public Research, 1980, p. 1-16.

HEAD, Allen et al. Market Power, Price Adjustment and Inflation. In: *Internacional Economic Review*, v. 51, n. 1, feb., 2010. p. 73-97.

HELLER, Cláudia. *Oligopólio e progresso técnico no pensamento de Joan Robinson*. Campinas-São Paulo: Hucitec-Unicamp/FAPESP, 2000. 455 p.

HUDSON, Michael. *Trade, Development and Foreign Debt*. How trade and development concentrate economic power in the hands of dominant nations. Londres: Pluto Press, 1992. Reimpr. EUA: ISLT Press, 2009. 421 p.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista>. Acesso em: 01 set. 2016.

JOBIM, Antônio Jaime Gama. *A macrodinâmica de Michal Kalecki*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 123 p.

JSTOR. Página do JSTOR. [Online]. Disponível em: <http://www.jstor.org/>. Acesso em: 18 dez. 2015.

KALECKI, Michal. Mr. Whitman an the concept of “Degree of Monopoly” – a comment. In: *The Economic Journal*, v. 52, n. 205, mar., 1942. p. 121-7.

_____. *Teoria da Dinâmica Econômica*. Trad. Paulo de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 204 p.

KMPG. *Pesquisa Fusões e Aquisições*. Mai. 2016. 43 p. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/05/fusoes-aquisicoes-1trim-2016.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

_____. *Pesquisa de Fusões e Aquisições no Brasil*. Ed. 2000.

_____. *Pesquisa de Fusões e Aquisições no Brasil*. Ed. 2002.

_____. *Pesquisa de Fusões e Aquisições no Brasil*. Ed. 2016.

KUCINSKI, Bernardo. *O que são multinacionais?* 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 43 p.

KURTEN, David C. *O mundo pós-corporativo. Vida após o capitalismo.* Trad. Ricardo Anibal Rosenbusch. Petrópolis-Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002. 315 p.

LACERDA, Antonio Corrêa de. *Globalização e reestruturação produtiva da economia brasileira: uma análise da política econômica no período 1980-1997.* São Paulo: PEPGEP-PUC-SP, 1998. [Mestrado em Economia Política]. 151 p.

_____. *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios.* (org) Antonio Corrêa de Lacerda. São Paulo: Contexto, 2000. 141 p.

_____. *Globalização e inserção externa da Economia Brasileira.* Política econômica, investimento e comércio exterior na década de 1990. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, IE-Unicamp, 2003. [Doutorado em Economia]. 212 p. Disponível em: <file:///C:/Users/ra00031234/Downloads/LacerdaAnt%C3%B4nioCorr%C3%AAade.pdf> f. Acesso em 14/09/2016.

_____. Empresas transnacionais, investimentos diretos estrangeiros e exportações na economia brasileira na década de noventa. In: *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo, v. 8, n. 4, 2004. p. 619-58.

_____. A crise internacional e a estrutura produtiva brasileira. In: *Revista Economia & Tecnologia*, v. 9, 2013. p. 5-18.

_____. Investimento estrangeiro e cadeias globais. In: *O Estado de São Paulo*, p. B2-B2, 29 nov. 2014.

LEE, Frederic S.; KEEN, Steve. The Incoherent Emperor: a heterodox critique of neoclassical microeconomics theory. In: *Review of Social Economy*, v. 62, n. 2, jun. 2004. p. 169-98.

_____. Post-keynesian Price Theory. From pricing to market governance to the economy as a whole. In: *Oxford Handbook of Post-keynesian economics*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 467-84.

LIMA, Luiz Antonio de Oliveira. Mark up e determinação de preços no oligopólio – a microempresa em busca de realismo. In: *Revista de Administração de Empresas FGV*. Rio de Janeiro, 25 (2), abr./jun. 1985. p. 29-35.

MARX, Karl. *O Capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 25.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008 [1.ed. 1867].

_____. *O Capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 25.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009 [1.ed. 1867].

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T.A Queiroz, 1981. 301 p.

MIROW, Kurt Rudolf. *A ditadura dos cartéis: anatomia de um subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 272 p.

MONTHLY REVIEW. Disponível em: <http://monthlyreview.org/>. Acesso em: 01 set. 2016.

MÜLLER, Marcos L. Exposição e método dialético em O Capital. In: *Boletim SEAF*, n. 2. Belo Horizonte: SEAF, 1982. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.

NOLAN, Peter; ZHANG, Jin. Global Competition after the Financial Crisis. In: *New Left Review*, n. 64, jul./ago. 2010. p. 97-108.

OXFAM. *Uma economia para 1%*. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PALLOIX, Christian. *A economia mundial de iniciativa privada. A fase de monopólio*. Trad. A. Viana Martins. Lisboa: Estampa, 1972. 349 p.

_____. *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Trad. Emílio Campos Lima. Lisboa: Estampa, 1974. 286 p.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2016.

POSSAS, Mario Luiz. *A dinâmica da economia capitalista. Uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 352 p.

_____. *Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio*. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, IE-Unicamp, 1983. [Doutorado em Economia]. 1402 p. Disponível em: <file:///C:/Users/ra00031234/Downloads/PossasMarioLuiz.pdf>. Acesso em: 14/09/2016.

_____. *Dinâmica e concorrência capitalista. Uma interpretação a partir de Marx*. In: SZMRECSANYI, Tamás; MIGLIOLI, Jorge. Dir. São Paulo/Campinas: Hucitec-Unicamp, 1989. 178 p.

_____. Os conceitos de mercado relevante e de poder de mercado no âmbito da defesa da concorrência. *Revista do IBRAC*, v. 3, n. 5, 1996. p. 10-35.

PWC. *Fusões e Aquisições no Brasil*. Mai. 2016. 17 p. [Online]. Disponível em: <http://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/fusoes-aquisicoes/2016/pwc-fusoes-aquisicoes-maio-16.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

REVIEW OF RADICAL POLITICAL ECONOMICS. Disponível em: <http://rrp.sagepub.com/>. Acesso em: 01 set. 2016.

REVISTA PESQUISA & DEBATE DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA POLÍTICA DA PUC-SP. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe>. Acesso em:

ROBINSON, Joan. Imperfect Competition Revisited. In: *The Economic Journal*, v. 63, n. 251, set., 1953. p. 579-93.

RUBIN, Isaak Ilich. Valor e preço de produção, p. 241-93. In: *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAWAYA, Rubens Rogério. *Capital autônomo e a administração de seu movimento*. Uma releitura de Marx, Keynes e Schumpeter. São Paulo: PEPGEP-PUC-SP, 1998. [Mestrado em Economia Política]. 165 p.

_____. *Subordinação Consentida: Capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006. 264 p.

_____. Poder econômico, desenvolvimento e neoliberalismo no Brasil. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 39, out., 2014. p. 124-49.

_____. Inflação, crescimento e desenvolvimento: como a macroeconomia neoclássica impede o desenvolvimento. In: *Rebela*, v. 5, n. 2, mai./ago., 2015. p. 225-54.

_____. Poder, emprego e política econômica. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 29, n. 85, 2015. p. 105-19.

SHAIKH, Anwar. Valor, Dinero y Precios, p. 65-129. In: _____ *Valor, Acumulación y Crisis*. Ensayos da Economía. Política. Colômbia: Tercer Mundo, 1990. 498 p.

SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. *Concorrência sob condições oligopolísticas. Contribuição das análises centradas na grande atomização/concentração dos mercados*. 2. Ed. rev. Campinas-São Paulo: IE-Unicamp, 2010. [Tese de doutorado em Economia].

SWEEZY, Paul. *Modern Capitalism and Other Essays*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1972.

SYLOS-LABINI, Paolo. Progresso técnico, preços e crescimento. In: SZMRECSANYI, Tamás. *Dir. Economia & Planejamento*, série "Teorias Contemporâneas". Campinas-São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1980. p. 59-83.

_____. *Oligopólio e progresso técnico*. Trad. Vittoria Cerbino Salles. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. *Training Manual on Statistics for FDI and the Operations of TNCs*. Nova Iorque/Genebra: United Nations Press, v. 2, 2009. 138 p.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. *World Investment Report 2015*. Reforming International Investment Governance. Nova Iorque/Genebra: United Nations, 2015. 218 p.

_____. *World Investment Report 2016*. Investor Nationality: policy challenges. Nova Iorque/Genebra: UNITED NATIONS. 2016. 232 p. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2016_en.pdf. Acesso em: 23/6/2016.

_____. *Global Investment Trends Monitor*. Nova Iorque/Genebra: United Nations Press, n. 23, mai. 2016.

VALOR GRANDES GRUPOS. Revista. 2015.

VITULE, Maria Luiza de Lima. Resenha da obra de François Chesnais: A mundialização do capital. In: *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n.3, jan./jul., 1998. p. 196-9.

WILLIAMSON, E. Oliver. *As instituições Econômicas do capitalismo*: firmas mercados, relações contratuais. Ed. Pezco, 2012.

WHETERLY, Paul et al. Class, Power and the State in Capitalist Society: essays on Ralph Miliband. In: *Review of Radical Political Economics*, 46 (1), jul., 2012. p. 116-9.